



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES

JORGE ARTUR AVELINO CAMBINDA

NACIONALISMO E NAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Redenção
2014

JORGE ARTUR AVELINO CAMBINDA

NACIONALISMO E NACÃO EM MOCAMBIQUE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana

Redenção
2014

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos– CRB-3 / 1219

-
- C187n Cambinda, Jorge Artur Avelino.
Nacionalismo e nação em Moçambique. / Jorge Artur Avelino Cambinda. – Redenção, 2014.
70 f.: il.; 30 cm.
Monografia do curso do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.
Orientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana.
Inclui figuras e referências.
1. Moçambique - História. I. Título.

CDD 367.9

JORGE ARTUR AVELINO CAMBINDA

NACIONALISMO E NACÃO EM MOCAMBIQUE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Bacharelado em
Humanidades da Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira como parte dos
requisitos necessários para a obtenção do
título de Bacharel.

Aprovado em: ____17____ / _Novembro____ / __2014____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Subuhana
UNILAB

Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo
UNILAB

Prof. Dr. Sebastião André Alves de Lima Filho
UNILAB

Em memória à minha mãe Ana Maria Avelino.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus estimados e amados irmãos, Maria Manuela, Helder Chrissman, Emilio Miguel e Giovana Cambinda. É graças a eles que estou aqui, pelo possível e o impossível que têm feito por mim. Agradeço à minha cunhada Bernardete Ndala, mais do que isso, é como uma mãe para mim. Aos meus sobrinhos Any, Heldinho, Emivaldo, Edio, Kenny, Telma, Franciana e Danny.

Quero com imensa satisfação e gratidão, endereçar os meus agradecimentos ao meu orientador Prof. Dr. Carlos Subuhana, por não deixar esvair a sua paciência, por ter suportado as minhas dificuldades em todos os momentos da fase de construção deste trabalho. Aos professores (as), Bas'lele Malomalo, Vera Regina Rodrigues da Silva, Carla Susana Além Abrantes, Fabio Baqueiro Figueiredo, Larissa Oliveira e Gabarra, Luís Tomás Domingos, Manoel de Souza e Silva, Bruno Okoudowa, Gledson Ribeiro de Oliveira, Sebastião André Alves de Lima Filho, Jeannette Filomeno Pouchain Ramos e Maurílio Machado Lima Júnior. Aos colegas amigos Marco Almeida, Tamilton Teixeira, Carlos Santos, João Pascoal, Cristina Lucala, Cesaltina Gomes dos Santos, Aminata Mendes e Ismênia Prado.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a formação do nacionalismo e da nação em Moçambique, tendo como ponto de partida trabalhos de vários estudiosos, que deram maior embasamento científico à nossa discussão. Eduardo Mondlane foi o teórico que serviu como base de sustentabilidade teórica deste trabalho e segundo o qual analisamos o fenômeno da formação do nacionalismo e da nação em Moçambique. Mondlane defende que tanto o nacionalismo moçambicano, como praticamente todo nacionalismo africano, nasceu do colonialismo europeu direto e que a mais específica fonte da unidade nacional de Moçambique foi a experiência comum do povo no sofrimento, durante os últimos cem anos do controle colonial português. Embora o nosso foco seja Moçambique, achamos importante trazer de uma forma breve a questão do nacionalismo na África, também analisada por Mondlane. Para maior compreensão do assunto e por uma questão de lógica, achamos pertinente pensar Moçambique desde a era pré-colonial, da invasão europeia até o momento em que o território se viu livre da administração colonial, alcançando a sua independência “total e completa”.

Palavras-Chave: Moçambique. Nação. Nacionalismo.

ABSTRACT

This work aims to analyze the formation of nationalism and nation in Mozambique, taking as its starting point the work of several scholars who gave a greater scientific foundation to our discussion. Eduardo Mondlane was the theorist who served as the theoretical sustainability basis of this work and according to whom we analyze the phenomenon of the formation of nationalism and nation in Mozambique. Mondlane argues that both the Mozambican nationalism and virtually all African nationalism, was born of the direct European colonialism, so that the most specific source of national unity in Mozambique was the people's common experience of suffering during the last hundred years of Portuguese colonial rule. Although our focus is Mozambique, we thought it important to bring briefly the issue of nationalism in Africa, also analyzed by Mondlane. For further understanding of the matter and for the sake of logic, we deem pertinent to think Mozambique since the pre-colonial era, of European invasion until the moment when the territory was freed of colonial administration, reaching its "full and complete" independence.

Key words: Mozambique. Nation. Nationalism.

Sumário

PARTE 1.....	10
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1.....	17
APRESENTANDO MOÇAMBIQUE	17
1.1 A GEOGRAFIA DO PAÍS.....	17
1.2 População e grupos étnicos.....	19
1.3 História de Moçambique: chegada dos portugueses	21
1.4 Escravidão.....	26
CAPÍTULO 2.....	29
NACIONALISMO AFRICANO E MOÇAMBICANO.....	29
2.1 NACIONALISMO EM ÁFRICA.....	29
2.2 NACIONALISMO EM MOÇAMBIQUE.....	31
CAPÍTULO 3.....	33
OS PROTAGONISTAS E/OU HERÓIS.....	33
3.1. Eduardo Chivambo Mondlane.....	34
3.2 Uria Timóteo Simango.....	39
3.3 Marcelino dos Santos	43
3.4 Samora Moisés Machel	45
CAPÍTULO 4.....	55
DESCOLONIZAÇÃO E A LUTA PELA LIBERTAÇÃO EM MOÇAMBIQUE.....	55
4.1 Da luta armada de libertação à proclamação da independência de Moçambique?	59
CONCLUSÃO	68
REFERENCIAL BIBLIOGRAFICO.....	69
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS NO TEXTO	Erro! Indicador não definido.

PARTE 1.
INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo central analisar o surgimento e a formação da nação e do nacionalismo em Moçambique, país de língua oficial portuguesa (PALOP), localizado no sudeste da África. Por muito tempo, este imenso território que comumente ousamos chamar de Moçambique, foi alvo de duras atrocidades, protagonizadas pelo sistema colonial português, no qual esteve mergulhado, num passado não muito distante. Queremos de uma forma minuciosa e abrangente saber como e em que momento se deu o despertar da consciência do sentimento de pertencer a um determinado território, neste caso Moçambique, que é o foco e objeto de estudo deste trabalho.

A análise da formação da nação e do nacionalismo em Moçambique, como sugere o tema, foi feita a partir de umas das grandes figuras do cenário intelectual e político moçambicano, africano e por que não dizer mundial, um dos grandes pilares da luta contra o colonialismo português e pela libertação do país: Eduardo Mondlane. Queremos apresentar aqui, num exercício não muito complicado, mas numa viagem que requer atenção, as vertentes defendidas por Eduardo Mondlane, que estiveram no cerne da formação da consciência nacionalista e, posteriormente, da formação do Estado e da Nação moçambicana.

Teóricos das ciências sociais e de outros campos do saber têm se dedicado com afinco à elaboração de escritos que visam o resgate da história da África, a partir de um olhar distante do saber eurocêntrico. Este trabalho não é uma exceção à regra: nasceu da tentativa de criar uma narrativa sobre a história do continente africano.

QUESTÕES TEÓRICAS

As principais questões teóricas e/ou categorias de análise abordadas neste trabalho são: nacionalismo, nação e identidade. Temos como base de sustentabilidade teórica, renomados estudiosos das ciências sociais, tais como Ernest Renan, Benedict Anderson, Eric Hobsbawm, Eduardo Mondlane, Carlos Lopes e outros.

O Dicionário de Ciências Sociais (FGV, 1987) define nação como a vasta sociedade de pessoas unidas por uma consciência e cultura comuns. Embora ocupando um mesmo território, levando seus membros a terem uma identidade de interesses sobre o lugar e a terra, sua unidade vital provém de um sentimento profundo de sua própria história, de sua religião ou de sua originalidade cultural, inclusive linguística. Uma nação pode existir como comunidade histórica e cultural, independentemente de autonomia política ou soberania estatal.

Ainda segundo o Dicionário de Ciências Sociais (FGV, 1987, p. 800), nacionalismo é uma forma de consciência de grupo, i.e., a consciência de pertencer ou estar ligado a uma nação. Tal consciência é geralmente chamada de consciência de nacionalidade e identifica os recursos da comunidade, disponíveis ou visados, com aqueles da nação-estado. Por nacionalismo entende-se também as ideologias que consideram a nação-estado como forma ideal de organização política. Os nacionalistas, se já não pertencem a uma nação-estado, com ela se identificando, almejam integrar-se a alguma ou a outra que venha a ser constituída. Sait (1938 *apud* FGV, 1987, p. 800) diz que nacionalismo é igualmente o moderno processo histórico, pelo qual as nações têm-se estabelecido como unidades políticas independentes. Como consciência de grupo, o nacionalismo implica numa coesão, num senso de unidade ou de comunidade, que identifica a aspiração com o mesmo. Nesse sentido, tem sido equiparado a um estado de espírito, a um sentimento, a simpatias comuns, ou a certas afinidades predominantes entre grupos humanos (cf. Sait, 1938 *apud* FGV, 1987). Segundo Gerth e Mills (1953 *apud* FGV, 1987) nacionalismo é a “ideologia que justifica o Estado-Nação”. É um sistema de símbolos para fundamentar os atos de um estado, símbolos pelos quais a coesão imprimida a uma nação é fortalecida e justificada.

Segundo o Dicionário de Ciências Sociais (FGV, 1987, p. 802), o nacionalismo se caracteriza pela presença de inúmeras ficções em seu conteúdo ideológico, sendo que pelo menos quatro podem ser tomadas como ponto de partida para a sua análise: a) a independência da nação-estado; b) a exigência de um progresso nacional; c) a realização de uma missão nacional; e d) a manutenção de uma suprema lealdade à nação-estado.

As pessoas se tornam nacionalistas por acharem que, em seu intercâmbio social diário, no trabalho e no lazer, sua classificação “étnica” determina, em grande parte, o tratamento que lhes é conferido, ou seja, o fato de elas encontrarem simpatia e respeito, ou desprezo, escárnio e hostilidade. A raiz do nacionalismo não é a ideologia, mas a experiência quotidiana (Gellner, 2000, p. 132-133 *apud* FGV, 1987). De acordo com Ernest Gellner, o nacionalismo assim entendido contrapõe-se aos grupos étnicos “primitivos”, incapazes de construir o nacionalismo para gerar a nação.

Na clássica definição de Ernest Renan (*Qu'est-ce qu'une nation?*), de 1882, a nação aparece como sendo uma alma, um princípio espiritual. Dois aspectos de uma mesma realidade concorrem para esta unidade espiritual: um deles é a riqueza de um passado comum; o outro é o entendimento, uma verdadeira vontade de vida em comum, de contribuir ao máximo para o patrimônio coletivo, realçando assim uma comunidade de interesses.

Benedict Anderson (2008), por sua vez, define a nação como sendo uma comunidade política imaginada e que é imaginada, ao mesmo tempo, como intrinsecamente limitada e soberana. É imaginada, porque até os membros da mais pequena nação, nunca conhecerão, nunca se encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão. A nação é imaginada como limitada, porque até a maior das nações, englobando possivelmente mil milhões de seres humanos vivos, tem fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais se situam outras nações. É imaginada como soberana, porque o conceito nasceu numa época em que o iluminismo e a revolução destruíram a legitimidade do reino dinástico hierárquico e de ordem divina. Se os estados-nação são amplamente reconhecidos como “novos” e “históricos”, as nações às quais dão expressão política surgem sempre como emanações de um passado imemorial. O que estamos propondo é que o nacionalismo deve ser entendido alinhando-o, não com ideologias políticas conscientemente defendidas, mas

com os vastos sistemas culturais que o precederam, a partir dos quais e contra os quais se constituiu.

Eric Hobsbawm (1990, p, 27) pontualiza a questão da nação sob uma questão temporal, realçando que, antes de 1884, a palavra *nación* significava simplesmente “o agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino” e também “um estrangeiro”. Mas então era usada para indicar um “estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum” e também “o território constituído por esse estado e seus habitantes, considerados como um todo. A *nación* é o conjunto dos habitantes de um país regido por um mesmo governo.”

METODOLOGIA

A metodologia usada durante a pesquisa para a elaboração deste trabalho foi fundamentada, basicamente, na pesquisa bibliográfica. Foram consultados artigos, livros, sites e manuais que tratam da questão da identidade, nação e nacionalismo, assuntos estes que têm merecido especial atenção ao longo dos tempos, por teóricos das ciências sociais e áreas afins. A pesquisa teve quatro etapas:

1. Identificação e seleção de material bibliográfico;
2. Leitura, resumos e fichamentos de materiais, com especial atenção ao material em formatos digitais, com identificação das respectivas obras, dos autores e de suas ideias centrais.
3. Elaboração de uma lista de palavras-chave, referentes a assuntos relevantes para a pesquisa, que facilitassem a localização dos temas no material fichado no momento da elaboração do TCC.
4. Análise do conteúdo do material levantado para elaboração das conclusões da pesquisa.

PARTE 2.

**NAÇÃO, NACIONALISMO AFRICANO E MOÇAMBICANO E
DESCOLONIZAÇÃO**

CAPÍTULO 1.

APRESENTANDO MOÇAMBIQUE

Acreditamos que seja de extrema importância ao se estudar um país, ou qualquer coisa relacionada a este, fazer uma breve apresentação do mesmo, para que possamos situar o leitor de modo que este, no decorrer de sua leitura, não se sinta perdido, para que tenha mais ou menos uma noção exata de onde vem o grito de socorro e entenda que o que estamos relatando não é do alheio e muito menos obra do acaso. Assim sendo, passaremos à apresentação do país, Moçambique.

1.1 A GEOGRAFIA DO PAÍS.

Segundo alguns relatos históricos, o nome Moçambique parece ter tido origem em Mussa-bim-Mbiki, filho do sultão Bin Mbiki, que era habitante da ilha, a qual os portugueses, quando ali chegaram, deram o nome de Moçambique. O território que constitui atualmente Moçambique foi povoado, desde os primeiros tempos da humanidade, por duas comunidades que habitavam o norte do país e que estavam bem organizadas: o Reino do Monomotapa (ocupava o país numa fase de desintegração) e os centros Suaílis (em número mais reduzido).

A costa torna-se assim um ponto de contato de povos de várias origens socioculturais, nomeadamente os povos do norte da África, da península arábica (islamizados), os indianos e também os chineses.

Moçambique, um dos estados mais importantes da África Austral (Pélissier, 2000), está localizado na costa oriental da zona austral do continente africano. Este país está definido entre os paralelos 10° 27' e 26° 52' de latitude sul e os meridianos 30° 12' e 40° 51' de longitude leste, ao sul do Equador. O território moçambicano tem uma extensão de costa de cerca de 2.4701 quilômetros, banhada pelo oceano Índico, desde a foz do rio Rovuma ao norte, à Ponta do Ouro ao sul. Tem a sua menor largura interior na zona centro-norte (a costa de Naamacha a Catembe, Alto Farol) com cerca de 47,5 quilômetros e a maior largura interior na costa que vai da península de Mossuril até à

confluência do rio Aruângua com o rio Zambeze. A superfície é de 799.380 quilômetros quadrados (786.380 para terra firme e 13.000 de águas interiores). A configuração física do território condicionou a luta de libertação nacional, pois dificultou a ligação entre as suas várias partes.

Na região meridional da África Central, as características físicas e ecológicas são o produto, principalmente, da interação entre o planalto granítico do interior e as monções do oceano Índico, que sopram na direção da África de outubro a março. No planalto, as fortes e continuadas chuvas provocadas pelas monções escoam para leste, rasgando as escarpas profundas dos vales fluviais rochosos, que, em certos casos, se estendem por mais de 80 quilômetros até alcançar as terras do litoral. Deste modo, Moçambique é dividido horizontalmente por quatro grandes vales fluviais, os do Rovuma, do Zambeze, do Save e do Limpopo, entre muitos outros cursos de água menos importantes, que serpenteiam igualmente das escarpas do planalto para a costa

Vias seculares e importantes da comunicação e da penetração regional, não obstante a irregularidade dos níveis das águas, aqueles rios, sobretudo o Zambeze, possibilitaram a profunda extensão do comércio, das influências e dos costumes, do litoral para o interior. Se bem que a passagem dos mesmos rios tivesse estruturado as principais características da geografia moçambicana, duas características geográficas fogem a este esquema e introduzem contracorrentes no decurso da evolução histórica. A primeira é o lago Niassa, que descarrega as suas águas pelo rio Chire no baixo Zambeze, fornecendo uma grande via de comunicação de norte a sul, determinando os padrões de povoamento, migração e comércio da região. A segunda é a bacia de Maputo, no extremo sul do território, que, pela sua ausência de monções periódicas, permanece culturalmente isolada em comparação com as regiões ao norte, mais facilmente alcançadas pelos navios vindos da Indonésia, da Índia ou do golfo Pérsico.

Assim, Moçambique tem como limites territoriais, ao norte, a República Unida da Tanzânia (antiga Tanganica), consistindo numa faixa que vai desde a foz do rio Rovuma até o rio Messinge, prolongando-se até o lago Niassa. A noroeste, faz fronteira com o Malawi e Zâmbia (antiga Rodésia do Norte), a sul e a sudeste é limitado pela África do Sul (província do Transval), a leste o país é banhado pelo oceano Índico e limitado pelo Canal de Moçambique. Por fim a oeste, pela Suazilândia (província do Natal) e Zimbábue (antiga Rodésia do Sul). Após o estabelecimento dos limites, o

território ficou dividido em onze províncias distintas (antigos distritos coloniais), a saber, de norte a sul: Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Tete, Zambézia, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo província e Maputo cidade.

1.2 População e grupos étnicos

Moçambique tem uma população estimada em cerca de 20.226.2964 (censo de 2007), sendo que 9.734.678 são homens e 10.491.618 são mulheres e é previsto que em 2015 a população chegue a 22,5 milhões de habitantes. Em 1960, a população era de cerca de 6.518.000 habitantes e passou para 8.233.034 habitantes em 1970, antes da independência nacional, o que representou um aumento populacional de 1.740.000 em relação ao censo de 1960. Nessa altura, a população branca era de 97.268 habitantes. Em 1975 passaram a viver no país cerca de 20.000 portugueses, 20 a 30.000 habitantes indianos e 4.000 habitantes chineses, centralizados na Beira e em Lourenço Marques, 0,5% da população era mestiça e 98% era negra.

Em Moçambique destacaram-se 10 grandes grupos étnicos de origem banta, que ocupavam o território em geral, a saber:

- Os Suaílis ocupavam uma faixa litorânea desde o Rovuma até Angoche (ex-Antônio Enes);
- Os Maraves ocupavam a região de Tete e de Milange-Tacuane e uma área da margem leste do lago Niassa (província do Niassa), constituídos por dois subgrupos e 13 etnias;
- Os Macuas-Lomués ocupavam a região entre os rios Lugenda e a linha férrea Morrumbala - Quelimane (tinham dois subgrupos e etnias);
- Os Chopes, ocupando a região de Inhambane (com três etnias);
- Os Chonas, situados em Manica e Sofala (compreendia um subgrupo e 15 etnias);
- Os Tsongas, ocupavam a região sul do rio Save (com 11 etnias);
- Os Angunes, etnia que estava dispersa e ocupava pequenos núcleos de Maputo (ex-Lourenço Marques), região de Xai-Xai (ex-João Belo),

províncias de Tete, Niassa e Cabo Delgado (compreendiam cerca de oito grupos étnicos);

- Os Yaos estendiam-se pelo norte do rio Lugenda;
- Os Macondes ocupavam a região norte do rio Massalo e para o leste de Ngomono (constituído por cinco etnias);

Os povos do baixo Zambeze estavam dispostos ao longo do rio Zambeze em toda a extensão pertencente ao interior do território de Moçambique.

Além da língua portuguesa, que praticamente é tida como sendo a língua oficial do país, Moçambique é definido como sendo um país com uma variedade linguística muito grande. Sabe-se que este foi um dos pontos importantes do governo da Frelimo, no seu esforço de unificação cultural e política da nação (Fry, 2001, p. 34). Para cada etnia existe uma variedade de línguas e dialetos, distribuídos geograficamente por todo o território, a saber: Chope, BiTonga, Thonga, Tonga, Tsua, Tauara, Shona, Nyungwe, Suazi, Sena, Chuabo, Macúa, Koti, Nianja, Memane, Lomwe, Yao, Maconde, Mwani, Suaíli, Senga, Ronga, Zulu, Urdu e Gujarati. (Cipriano, 2010, p. 5-6)

Mapa: Distribuição geográfica de algumas línguas e dialectos



1.3 História de Moçambique: chegada dos portugueses

A história de Moçambique é muito anterior à chegada dos portugueses em fins do século XV. Na altura em que aí aportaram existiam, no norte de Moçambique, duas comunidades relativamente bem organizadas: o reino do Monomotapa e os centros Suailis, aos quais já nos tínhamos referido no início do texto, apresentando Moçambique. Os primeiros tinham entrado numa fase de desintegração, com constantes

guerras internas. Os segundos, ligados ao comércio marítimo, tinham localmente uma presença reduzida.

O litoral leste do continente africano começou a ser visitado pelos portugueses entre os anos de 1479 e 1499, na primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, dando início a uma ligação marítima regular entre o ocidente e o oriente. Nessa viagem, o navegador português, depois de aportar em Inhambane, chegou, em 1498, à ilha de Moçambique. Igualmente, passou por Quelimane e Sofala, entrando em contato com a cultura suaíli resultante, no plano etnolinguístico, da população de língua banto, acrescida de elementos do interior do continente e do exterior, tais como árabes, persas e indianos, provenientes da costa setentrional do mar da Arábia e do oceano Índico. Essa costa marítima foi de extrema importância, desde o século X, quando Mombaça, Melindi, Quilua, Inhambane, a ilha de Moçambique, Quelimane e Sofala eram entrepostos comerciais dominados por mercadores árabes de Omã e indianos islamizados do Gujarate que, em troca do ouro e do ferro, levavam algodão, porcelanas, seda, miçangas, perfumes e drogas medicinais. (Serra, *apud* Hernandez, 2008, p. 582-586)

Ainda no processo de *roedura* da costa oriental do continente africano, em 1505, os portugueses fundaram uma feitoria-fortaleza em Sofala, onde adquiriram o ouro do império do Monomotapa na data de 1325-1700, que abrangeria vários reinos vassalos, com diversificadas organizações políticas, sendo os principais, até fins do século XVII: Makaranga, Changamire, Zimba, Chicoa, Macua, Sedanga, Quissanga, Quiteve, Manica, Barué, e Maungwe na província de Tete. Esse império, que se estendia do deserto do Calaári ao oceano Índico, era constituído pelos Shonas, sob a autoridade de um chefe do povo Rozwi. Dessa forma, podiam comprar especiarias asiáticas como pimenta, canela e cravo da Índia. Pouco a pouco, os portugueses foram substituindo os árabes no controle do comércio de ouro, ferro, cobre e marfim. Em troca, Monomotapa recebia impostos pagos pelos reinos que, portanto, tornaram-se seus “vassalos”, situação ímpar em todo império ultramarino português. A propósito, cabe ressaltar que a recusa em pagar tributo provocou, mais de três séculos depois, uma longa insurreição que durou vinte anos, de 1806 a 1826.

Com objetivo de controlar o próprio processo produtivo, os portugueses avançaram para o interior do território. Fez parte deste processo a construção, em 1507, de uma feitoria-fortaleza em Moçambique, território considerado estratégico por ser ponto de escala na rota da Índia e também por ser circundado por águas profundas e

cortado por oito rios que ali desaguavam, constituindo um ponto de passagem de várias rotas de comércio vindas do interior do continente, com marfim, exportado para Europa e Ásia e ouro, para Goa, além de outros produtos trocados com ingleses, franceses, holandeses e com baleeiros norte-americanos.

Seguiu-se o ataque dos portugueses a Angoche, novo centro escoador de ouro, onde os suaílis haviam constituído um núcleo de resistência. Sem saída, os portugueses passaram a utilizar o rio Zambeze, avançando para interior e chegando, em 1530, ao estado do Zimbábue, em fase de declínio. Em seguida, fundaram Sena e Tete, no alto Zambeze, pontos a partir dos quais se tornou possível comercializar diretamente com os makarangas, no coração do Monomotapa.

Deste modo, os portugueses além de controlar as vias de escoamentos de ferro, cobre, marfim e ouro, passaram a ter acesso às zonas produtoras, ou seja, às minas de Chidima, Dande, Butua e Manila. Em seguida, dominaram a ilha de Moçambique, Angoche, Quelimane, Cuama, Chiluan e Mmbori, além de se fixar no império do Monomotapa. Em 1544, foi fundada a feitoria de Quelimane, reforçando o controle direto das minas, além de se constituir um porto de trato para onde eram levados os escravizados que depois seguiam para a Índia, Portugal e Brasil. Pouco tempo depois, os portugueses chegaram a Maputo.

Isto quer dizer que em curto prazo as relações comerciais foram ampliadas com o fornecimento de escravos do império de Monomotapa, capturados nas guerras com os povos vizinhos. Em 1561, o padre Gonçalo da Silveira chegou ao Monomotapa e batizou o Imperador, que passou a se chamar D. Sebastião. Em 1607, o Imperador do Monomotapa, Gatsi Lucere, cedeu as minas aos portugueses e, em 1629, foram feitas novas concessões militares, políticas e comerciais pelo Monomotapa Mavura, batizado como D. Felipe II. Essas conversões para o cristianismo - com as quais os Monomotapas buscavam uma aliança com os portugueses para vencer linhagens rivais - permitiram aos reis aumentar significativamente a produção de ouro e outros minerais até 1693.

Em 1626, os domínios no vale do Zambeze deixaram de ser possessões hereditárias e foram transformadas, por um aparato jurídico singular, em prazos da coroa, isto é, terras cedidas aos colonos por cerca de três gerações, podendo a concessão ser renovada. Esse processo de ocupação foi o desdobramento da vitoriosa guerra contra os rozvis, em 1690, quando mercadores e aventureiros portugueses tornaram-se

proprietários de terras e chefes de milícias privadas constituídas por centenas de achicundas, feitos cativos.

Durante o século XVII, as possessões portuguesas na costa oriental da África foram atacadas ao norte pelos árabes e ao sul pelos holandeses. O resultado foi o fim das feitorias portuguesas nesta região. A última a terminar foi a de Mombaça, que resistiu até 1688, caindo com ela as feitorias de Pate e Zanzibar, suas dependentes.

No século seguinte, os portugueses centraram-se na região de Moçambique, onde procuraram reocupar as suas possessões, tarefa que não se apresentou fácil. As populações indígenas resistiram à ocupação e outras potências europeias tentaram aí também se estabelecer. Nas décadas de 1720 e 1730 os holandeses e ingleses tentaram igualmente se fixar na ilha de Moçambique. Na década de 1740 foi a vez dos franceses.

Em 1752, Moçambique passou a ter estatuto administrativo separado da Índia, com o nome de "Governo e capitania geral de Moçambique, Sofala e Rios de Sena". A ilha de Moçambique foi reconquistada, foram fortificadas Tete, Inhambene e Mossuril. Desenvolveu-se a pesca da baleia, introduziu-se a cultura do café. O tráfico de escravos atingiu então valores impressionantes, sobretudo a partir de finais do século. Calcula-se que entre 1780-1800 tenham sido exportados de Moçambique e em média anual, entre 10 a 15 mil pessoas e, em 1800-1850 a média anual tenha atingido cerca de 25.000. Tratava-se de um comércio extremamente lucrativo para negreiros árabes, suaílis e europeus (portugueses, franceses, ingleses, holandeses, austríacos, etc). Moçambique foi por diversas vezes alvo de ataques de piratas.

No final do século, os portugueses procuraram avançar para o interior de Moçambique de uma forma sistemática. A primeira metade do século XIX foi ainda dominada pelo negócio da escravatura, destacando-se neste tráfico, os negreiros suaílis, o sanguinário Império de Gaza, os negreiros franceses e portugueses. No caso dos franceses, o próprio estado francês interveio ativamente em seu apoio. Clandestinamente, os negreiros suaílis, macuas e outras etnias continuaram a traficar escravos até ao século XX, tráfico que a todo o custo procuraram manter.

Ao longo deste século sucederam-se expedições comerciais, científicas e militares pelo interior de Moçambique, permitindo o seu conhecimento mais exato, assim como o estabelecimento de uma ligação entre Moçambique e Angola. A produção agrícola para exportação iniciou-se em meados do século, com as culturas oleaginosas (amendoim, gergelim, etc).

A colonização efetiva de Moçambique só se iniciou verdadeiramente sob o impulso da Conferência de Berlim, em 1885, quando as principais potências europeias procederam à partilha da África.

Moçambique, à semelhança do que acontecia em outras colônias europeias, começou a ser administrada por grandes companhias a quem o estado português concedeu vastos territórios. Entre as mais importantes, contam-se a Companhia de Moçambique (1888), a Companhia do Niassa (1893) e a Companhia da Zambézia (1892-1910). Além destas, destacaram-se, nas margens do Zambeze, a Empresa Agrícola de Lugela, a C^a.do Boror, a C^a. de Madale, a C^a. do Luabo, etc. Estas companhias, sobretudo as duas primeiras, comportaram-se como verdadeiros estados dentro do estado. Tiveram a seu cargo a gestão do território, construção de vias de comunicação, a educação, exploração da mão-de-obra e até a cobrança de impostos. Entre os seus negócios muito lucrativos estava a exportação de mão-de-obra forçada para as plantações e minas da África do Sul, Rodésia (Zimbábue) e São Tomé.

Os prazos, profundamente envolvidos no comércio de escravos e de trabalhadores forçados, sofreram um grande impulso em finais do século XIX. Novos regulamentos foram publicados em 1890 e em 1896, tentando limitar a exploração da mão-de-obra pelos (as) prazeiros (as).

Moçambique tornou-se a partir do último quartel do século XIX, um verdadeiro reservatório de mão-de-obra para as explorações das colônias vizinhas. Fato que acabou por deslocar o centro político de Moçambique para sul, onde se começaram a estabelecer relações de tipo capitalista. O estado acabou por chamar o controle deste negócio retirando lucros por cada trabalhador exportado, na maioria das vezes à força. O trabalho forçado só terminou, em Moçambique, nos anos 60.

Uma dos fatores que impulsionou o desenvolvimento de Moçambique, a partir de finais do século XIX, foi a sua posição estratégica. Os seus portos de Maputo (Lourenço Marques) e da Beira eram as portas de entrada e de saída para os produtos do Transval e da Rodésia.

A enorme resistência do povo moçambicano à ocupação colonial portuguesa só foi temporariamente eliminada por volta de 1913. É preciso dizer que muitas destas resistências eram feitas por etnias africanas de negreiros, que se sentiam ameaçadas neste comércio pelos portugueses.

Durante a 1^a Guerra Mundial (1914-1918), travaram-se combates entre portugueses e alemães pelo controle do território. Nesta altura assistiu-se à expansão das

vias de comunicação (estradas e caminhos de ferro). As duas principais vias férreas, a que liga o porto de Maputo à África do Sul e a que liga o da Beira a Salisbury, começaram a ser construídas em finais do século XIX no âmbito de acordos internacionais. A linha férrea não ultrapassava em 1910 mais que 500 km, atingindo só em 1925 os 2.000 km e, em 1935, os 2.500 km. A partir de 1929, o Estado Português, começou a limitar o poder arbitrário das grandes companhias, centralizando a política de colonização. Incrementaram-se grandes plantações de produtos destinados à exportação, tais como: algodão, açúcar, castanha de caju, copra, chá e sisal. A cultura do algodão foi imposta como obrigatória para uma boa parte da população local, o que fez disparar a produção. Entre 1931 e 1935 a produção média anual foi de 4.000 toneladas. Entre 1936 e 1940 foi de 19 mil toneladas. A partir de 1940 ultrapassava as 50 mil ton., atingindo em 1960 as 130 mil. O número de produtores atingiu os 791 mil em 1944.

1.4 Escravidão

Segundo Ki-Zerbo (2007, p 266) os portugueses se deram conta de que havia muito a ganhar se, juntamente com as pontas de marfim, o ouro em pó, a goma-arábica e a pimenta, levassem também os escravos que lhes eram vendidos na costa e os revendessem aos clientes de Lagos ou de Lisboa. Tornou-se de bom tom, como aconteceu mais tarde na França e na Inglaterra, ter uma nota exótica em sua equipagem, na sua carruagem, no seu salão ou na sua cavalaria.

Os franceses deram início à colonização das ilhas do oceano Índico na primeira metade do século XVIII: o subsequente aparecimento das economias de plantação criou uma nova e continuamente crescente procura de mão-de-obra escrava. O estabelecimento francês nas ilhas Maurícias começou em 1721 e o cultivo da cana-de-açúcar teve ali uma rápida expansão na década de 1740. Praticamente ao mesmo tempo os franceses começaram a comprar escravos, em Madagascar, dos governadores omanitas da África Oriental e dos portugueses de Moçambique. (Dias, 1998, p. 568)

Na segunda metade do século XVIII, a procura de escravos ultrapassou a procura do ouro e de marfim. A preocupação não era mais tanta com a aquisição dos minerais (ouro), ou animal (marfim) quanto com a compra ou a captura daquele que tirava o ouro da terra e a presa do elefante: o homem, o próprio produtor da matéria-prima humana.

Já muito antes do século XVIII tinham saído escravos do país, como o mencionam fontes árabes e portuguesas.

Numa primeira fase, os escravos eram adquiridos pelos franceses, que os levavam para trabalhar nas suas plantações de açúcar e de café nas ilhas Mascarenhas do Índico.

Numa segunda fase, dadas às solicitações de mão de obra das plantações da América do Sul, sobretudo do Brasil (açúcar, cacau, minas de ouro, etc.) mercadores brasileiros, norte-americanos e centro americanos começaram a aparecer na costa e, nos primórdios do século XIX, o tráfico para as Américas predominava sobre o tráfico para as Mascarenhas.

Numa terceira fase, sobretudo após a abolição oficial do tráfico em 1836 e em 1842, a saída clandestina de escravos fazia-se essencialmente através dos xecados de Quitangonhas, Sancul, Sangage e do sultanato de Angoche, bem como dos prazos.

A atividade mercantil dos traficantes de escravos não era alheia ao desenvolvimento industrial europeu. Através do trabalho escravo, as indústrias europeias recebiam produtos como café, cacau, açúcar, etc.

Porém, o capital industrial não era ainda dominante nesse período, o que só aconteceria de maneira generalizada a partir de meados do século XIX.

As duas áreas onde, por excelência, se caçavam escravos para as plantações e minas situadas no exterior de Moçambique eram o vale do Zambeze e a faixa litoral, com o respectivo hinterland, do rio Ligonha à baía de Mombaça. Áreas de menor importância foram a baía da Lagoa (baía de Maputo) e o hinterland de Inhambane.

Quando se entra no período dos escravos na história do país, constata-se que a ilha de Moçambique aí perde a sua hegemonia mercantil (que ganhara em Sofala a partir de 1507): Quelimane e Ibo, os “portos dos escravos”, são providos a partir da segunda metade do século XVIII.

Se no fim do século saíam de Moçambique de quatro a cinco mil escravos por ano, entre 1815 e 1820 calcula-se que saíssem anualmente com destino ao Brasil cerca de dez mil. Entre 1815 e 1820, só do vale do Zambeze e da área dos prazos, foram escoados cerca de 2.500 escravos por ano e, por volta de 1820, atingiu-se os quatro mil.

Entre 1784 e 1795, os maiores fornecedores de escravos aos súditos portugueses da ilha de Moçambique foram os chefes macuas do Uticulo, de Cambira e de Matibane. Estes chefes não lutavam entre si, mas efetuavam incursões contra as populações do interior.

A escravidão doméstica, de um tipo ou de outro, sempre fora praticada por todas as comunidades da costa; e os escravos ou servos africanos eram muito apreciados na Ásia e no golfo Pérsico. (NEWITT, 1997)

Em 1787 foi legalizada pelos Portugueses a venda de armas. A caça ao homem generalizou-se então. Aumentou tão consideravelmente a caça ao escravo que os súditos portugueses, do mesmo modo que baneanes e afro-islâmicos se lançaram, por sua conta e risco, na organização de expedições ao interior desafiando o controle dos chefes macuas sobre as rotas. Durante todo século XIX o panorama político e econômico do norte de Moçambique foi completamente dominado pela captura, transporte, comercialização e exportação de escravos. As populações de origem Macua-Lomue foram as principais sacrificadas.

Dezenas de milhar de Macuas foram exportados para as ilhas Mascarenhas, Madagascar, Zanzibar, golfo Pérsico, Brasil e Cuba.

A importância do comércio de escravos em Moçambique, do ponto de vista dos negreiros, pode medir-se pelo fato de, em 1839, eles terem tentado, juntamente com os negreiros estabelecidos em Angola, formar com os do Brasil uma Federação Transoceânica, independente de Portugal.

A caça aos escravos teve importantes repercussões em Moçambique. A mais importante consistiu, naturalmente, no fato de se retirar às sociedades a sua mais importante força energética. Em sociedades onde o nível das forças produtivas é baixo, a escravatura traz (e trouxe) consequências por vezes irreparáveis, as quais não podem ser comparadas com as consequências da caça ao elefante ou da produção de ouro. (SERRA, 1988, p. 99)

CAPÍTULO 2.

NACIONALISMO AFRICANO E MOÇAMBICANO

2.1 NACIONALISMO EM ÁFRICA

Qual é a definição dada por Eduardo Mondlane, sobre a questão do nacionalismo?

Eduardo Mondlane define o nacionalismo como uma consciência por parte de indivíduos ou grupos afiliados de uma nação, de um desejo de desenvolver a força, a liberdade ou a prosperidade de uma nação, com essa definição, ele não se restringe somente ao nacionalismo africano ou moçambicano, Mondlane sustenta a tese de que a definição dada ao nacionalismo se aplica em todas as circunstâncias ou fases de desenvolvimento de qualquer povo. Poderia se aplicar ao nacionalismo europeu, como um fenômeno continental, ou ao francês, americano, russo, chinês, brasileiro, se considerar os nacionalismos como expressões das aspirações de determinadas entidades étnicas ou nacionais.

Segundo B. Olatunji Oloruntimehin (1991), a maior parte das colônias criadas abrigava grupos nacionais cultural e historicamente diferentes, cuja unidade derivava principalmente do fato de estarem igualmente submetidos a um senhor estrangeiro. A situação colonial representava para todos um quadro novo, onde era preciso forjar identidades novas que os sustentassem na luta contra as atrocidades da dominação estrangeira. A constituição da nova identidade consistia, de início, em aceitar a africanidade essencial das diversas nações culturais. Os campeões do nacionalismo africano entre as duas guerras (*wanasiya*¹, como são chamados em suaíli) eram essencialmente considerados como pan-africanistas e não nacionalistas no sentido europeu.

¹ *Siasa* (palavra kiswahili) significa oposição, reivindicação, agitação e ação militante. Compreende ações desenvolvidas por grupos organizados assim como iniciativas espontâneas de indivíduos corajosos. Os agentes da *siasa* são os *Wanasiya* (singular: *mwanasiya*). Para as autoridades coloniais, *siasa* era sinônimo de “agitação” e *Wanasiya*, de “agitadores”. A *siasa* representa uma consciência coletiva dos malefícios do sistema colonial em dado lugar e momento. Abrangência: a consciência de clãs, de nacionalidades e de classes sociais. As atividades políticas embasavam-se numa consciência de grupo concreta.

[...] em muitos casos, o nacionalismo africano não se deve ao sentimento de pertencer a uma unidade político-cultural que procura defender-se ou afirmar-se; representa, antes, o esforço desenvolvido por modernistas conscientes de uma realidade racial para criar novas nacionalidades políticas e culturais, a partir das heterogêneas populações englobadas dentro das fronteiras artificiais impostas pelo senhor europeu (OLORUNTIMEHIN, 1991)

Tendo em vista as recentes circunstâncias históricas que afetaram as vidas de vários povos dentro do continente africano, é necessário acrescentar que o nacionalismo africano é também caracterizado pelo desenvolvimento de atitudes, atividades e programas mais ou menos estruturados, visando à mobilização de forças para a obtenção do autogoverno e da independência. No caso de Moçambique, que é o nosso foco de estudo, o teórico Eduardo Mondlane aponta que estas atitudes, atividades e programas estruturados, partilhados por todas as colônias portuguesas na África e possivelmente pelos outros demais povos não libertados, incluíam o estabelecimento de esquemas militares ou paramilitares para o confronto final, antes que a obtenção real da independência pudesse ser assegurada.

A definição de nacionalismo proposta por Mondlane pode ser resumida da seguinte forma:

- a) Uma consciência, de parte dos indivíduos ou grupos afiliados de uma nação, no caso de Moçambique;
- b) Um desejo de desenvolver a força, a liberdade ou a prosperidade daquela nação.
- c) O objetivo específico de alcançar o autogoverno e a independência - o programa político e militar da FRELIMO (Frente Nacional de Libertação de Moçambique).
- d) Um conceito de unidade do povo - o desejo do povo moçambicano de se livrar do imperialismo e colonialismo português, de modo a ficar completamente livre para desenvolver suas estruturas socioeconômicas como desejar: e,
- e) O estabelecimento de estruturas políticas mais ou menos permanentes para a busca dos objetivos nacionais, em cooperação com outras nações africanas.

Mondlane caracteriza o nacionalismo africano da seguinte maneira:

- i) é uma reação contra controles políticos impostos pelos europeus sobre os povos africanos;
- ii) é uma reação contra a exploração econômica estrangeira, especialmente a ocidental, dos recursos humanos e naturais da África;
- iii) naquelas áreas da África onde uma combinação de populações europeias e asiáticas veio assentar-se ao lado dos povos africanos, o nacionalismo africano teve que incluir também uma reação contra barreiras socioeconômicas culturais locais, criadas pelos membros destas comunidades não africanas;
- iv) simultaneamente ao surgimento do nacionalismo africano, desenvolveu-se um outro tipo de nacionalismo - o nacionalismo cultural - epitomizado pela proliferação de todos os tipos de teorias a respeito do homem africano, rotulado de ‘personalidade africana’ pelos anglófilos e ‘negritude’ ou ‘africanidade’ pelos francófilos.” (MONDLANE, 1964).

2.2 NACIONALISMO EM MOÇAMBIQUE

De acordo com Eduardo Mondlane (1964), o nacionalismo moçambicano, como praticamente todo nacionalismo africano, nasceu do colonialismo europeu direto. A mais específica fonte de unidade nacional de Moçambique é a experiência comum do povo no sofrimento, durante os últimos cem anos do controle colonial português. Mondlane define o nacionalismo como uma consciência por parte de indivíduos ou grupos afiliados de uma nação de um desejo de desenvolver a força, a liberdade, ou a prosperidade daquela nação.

Se a evolução, em um contexto colonial, resulta da interação entre colonizador e colonizado, a consciência racial é a base do desenvolvimento do nacionalismo enquanto busca de soberania e da independência. (OLORUNTIMEHIN, 1991, p. 658)

Existe um nacionalismo moçambicano que une todos os variados povos do vasto território do Rovuma ao Maputo, independente de línguas, religiões, raças e culturas. Em outras palavras, Mondlane afirma que existe uma consciência da parte do povo de todo o país de pertencer a uma nação. Os povos moçambicanos, depois de enfrentar por muitos anos um inimigo comum se fundiram em um só povo, sólido, pronto para se libertar do sistema colonial português. O povo moçambicano veio a se considerar uma nação da mesma maneira que os povos da Índia, China, União Soviética e outras nações que se consideraram agora uma nação.

Foi sobretudo nos últimos setenta e cinco anos (século XX), conforme postula Eduardo Mondlane, que os moçambicanos aprenderam a lição da unidade. A unidade nacional moçambicana nasceu da experiência comum do sofrimento em conjunto, durante o trabalho forçado nas grandes plantações de sisal; durante a roçagem nas florestas densas para o plantio do algodão, durante a colheita de algodão em conjunto, enfrentando a labuta e carregando os pesados fardos de algodão por centenas de quilômetros até aos centros de mercado, monopolizado pelo português “branco”, colonialista por excelência e pelas companhias concessionárias estrangeiras; enquanto suavam juntos, algumas vezes com sangue, cultivavam amendoim, cana de açúcar e chá, carregando e descarregando cargas destes produtos e de maquinarias pesadas dos navios transoceânicos para os trens, ou vice-versa tudo em benefício dos portugueses, sul-africanos, rodesianos, europeus e americanos brancos .

A unidade moçambicana nasceu da labuta em conjunto nos escuros, quentes, estreitos e empoeirados veios das minas de carvão, diamante e ouro de Transval. A unidade nacional nasceu da experiência comum de tentar escapar das prisões portuguesas, do trabalho forçado, da palmatória e das perseguições políticas.

Na verdade, qualquer ação nacionalista sempre reflete uma concepção de nação que se configura ou no pensamento naturalístico ou na concepção construtivista. As realizações práticas e afetivas das ações nacionalistas parecem, entretanto, advir da existência de uma forma de organização social legitimada que sobrevive aos tempos desde a história pregressa da humanidade: a condição de vida dos indivíduos em grupo ou em comunidade. (BALEIRA, 2001, p. 159).

CAPÍTULO 3. OS PROTAGONISTAS E/OU HERÓIS

A “tomada de consciência”, para lutar por aquilo que lhes é de seu pertencimento, tornou-se pano de fundo antes, durante e até mesmo depois, em quase todos os países africanos, atualmente conhecidos como sendo de língua oficial portuguesa, que anteriormente se encontravam enclausurados sob o domínio colonial português. Essas lutas eram desencadeadas por vários sujeitos, das mais variadas classes sociais e dos mais variados grupos etnolinguísticos do país.

Civilizar o nativo era o desejo do colonizador, fazendo este assimilar as práticas e os estilos de vida do mesmo. Deste modo, entende-se que, o assimilacionismo colonial português, segundo Matsinhe (2001, p. 184) gerou um expressivo grupo de agentes sociais, socializados em núcleos urbanos e com relativo acesso à escolaridade, criando condições para o desenvolvimento de uma elite que formulasse discursos e formas de representações em termos de nação. É bom deixar claro aqui, que apesar das elites se encontrarem nos meios urbanos, isto não significa que os ideais do nacionalismo tivessem se desenvolvido somente ali, é necessário compreender que os meios rurais não estavam alheios ao fenômeno que nascia nos centros urbanos. A diferença entre ambos estaria talvez na forma como este se manifestava em termos de percepção, como um elemento político, ou então de certa forma, nos meios rurais, por se tratar do nacionalismo, como um fenômeno “naturalístico”, enquanto que nos centros urbanos, se manifestava como um fenômeno construtivista.

Neste capítulo são apontadas algumas figuras, que representavam a elite intelectual moçambicana, na época em que o colonialismo português se fazia presente em Moçambique e os mesmos são tidos como sendo os protagonistas e impulsionadores do ideal do nacionalismo e do discurso sobre a formação da nação. Eduardo Mondlane, Urias Simango, Marcelino dos Santos e, posteriormente, Samora Machel, só para citar estes, pois é bem sabido que, segundo Elikia M’bokolo (2007, p. 471), a historiografia africana tem grande tendência a conferir um grande lugar aos intelectuais em geral e alguns homens em particular, atribuindo-lhes um papel demasiado importante na marcha para a independência, omitindo a função única e insubstituível dos povos, sem os quais nada teria acontecido. Passaremos a mencionar, de agora em diante, biograficamente esses personagens do imaginário social e político moçambicano, bem

como seus feitos enquanto nacionalistas e revolucionários pela causa moçambicana. Entendemos que essas figuras são os pilares para a compreensão do fenômeno do nacionalismo e da questão da nação em Moçambique. É a partir da figura de Eduardo Mondlane que nós debateremos a questão do nacionalismo e o discurso sobre a formação da nação moçambicana. De acordo com Joseph Ki-Zerbo:

[...] a revolução é o processo estrutural que, de forma invisível, faz as coisas avançarem até ao momento em que a potencialidade dessas estruturas é tal que torna-se absolutamente necessário dar um salto qualitativo. (Ki-Zerbo, 1999, p 18).

3.1. Eduardo Chivambo Mondlane

Se Moçambique livre e independente for uma mangueira, ainda a crescer e florir, então Eduardo Mondlane foi a semente dessa árvore gigante. (SHORE, 1983)

Se Moçambique assumir as tarefas que tem pela frente tal como Eduardo Mondlane, então a luta por Moçambique não foi em vão. (Janet Rae Mondlane, 1994)

O meu interesse real no tipo de educação ocidental foi estimulado pela minha mãe que insistia em que eu fosse para a escola para compreender a feitiçaria do homem branco, para assim poder lutar contra ele. A minha mãe disse-me isto tantas vezes que, apesar de ela ter morrido quando eu tinha apenas 13 anos, posso ainda ouvir a sua voz repercutindo nos meus ouvidos (Eduardo Mondlane).



Eduardo Chivambo Mondlane foi primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), homem político, arquiteto da unidade nacional, grande líder nacionalista africano, culto, homem de pensamento e de ação. Nunca se posicionou claramente como marxista-leninista e defendia que os africanos tinham que desenvolver os seus próprios e específicos modelos de sociedade. Nasceu em Manjacaze, província de Gaza, a 20 de Junho de 1920. Filho de um chefe tradicional, passou parte da sua infância como pastor. Mondlane estudou em uma missão presbiteriana suíça próxima de Manjacaze, terminou os seus estudos secundários numa escola da mesma igreja em Transval (África do Sul) e mais tarde inscreveu-se na Universidade de Witwatersrand (1949-1950), em Joanesburgo. Com o estabelecimento do apartheid na África do Sul, viu-se obrigado a abandonar a África do Sul. Em 1949 fundou o Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM).

Obteve uma bolsa de estudos para frequentar a Universidade de Lisboa (1950-1951), tendo sido convidado a trabalhar em instituições portuguesas. Em Lisboa Mondlane encontrou-se com outros nacionalistas africanos das colônias portuguesas, como Amílcar Cabral (Guiné Bissau), Agostinho Neto e Mário Pinto de Andrade (Angola). Em Portugal, esses intelectuais eram alvos de constantes perseguições políticas, o que obrigou Mondlane a abandonar o país.

Em Junho de 1951, ao abrigo da bolsa Phelps-Stokes, da missão suíça, partiu para os Estados Unidos da América, para fazer os estudos superiores. Entre 1951 e 1953, frequentou a Faculdade de Oberlin, no Ohio, onde obteve o bacharelato em Ciências Sociais.

Entre 1953 e 1955, frequentou a Universidade do Noroeste, em Evanston, no Illinois. Mondlane fez o mestrado em Teoria e Organização Social e em Método e Psicologia Social. No último ano de pós-graduação (1955 a 1956), foi convidado para assistente na área da docência. Em 1959, a Fundação Phelps-Stokes concedeu-lhe uma bolsa de estudos para acabar o seu doutoramento em sociologia na Universidade de Northwestern, sob a orientação de Melville Jean Herskovits, (1895 - 1963), um antropólogo americano que firmemente estabeleceu os estudos africanos e estudos afro-americanos na academia americana. Mondlane defende sua tese de doutoramento em

janeiro de 1960. Assim, Eduardo Mondlane fez o doutoramento em Psicologia Social com uma tese sobre Conflitos de Personalidade, Grupos de Referência e Raça.²

Muitas vezes confundido como um antropólogo ou sociólogo, Mondlane, de acordo com **Graça** (2012), teve toda a sua formação acadêmica e sua investigação centrada na área da psicologia social, em questões de percepções sociais, conscientemente preocupado com o problema do impacto da modernidade e da mudança cultural - da matriz tradicional africana - no comportamento dos indivíduos agregados em comunidades.³

Trabalhou a partir de 1957 para as Nações Unidas, na divisão de territórios sob o mandato das Nações Unidas, como pesquisador e/ou investigador dos acontecimentos que levaram à independência dos países africanos.⁴ Não lhe era permitido ajudar os petionários pela independência vindos de países africanos: Julius Nyerere, Kenneth Kaunda e outros. Mas estes insistiram e Mondlane, acreditando que eles tinham razão, ajudou-os. Sentiu que não tinha outra alternativa senão dar assistência aos seus compatriotas africanos. Entretanto, foi graças ao seu trabalho na ONU que Eduardo Mondlane entrou em contacto com a problemática do nacionalismo africano ao longo dos anos de 1958 e 1959.

Foi também professor de história e sociologia na Syracuse University, em Nova Iorque. Nessa altura (década 50), Mondlane teve contatos com Adriano Moreira, um

² Na época, Eduardo Mondlane foi um dos apenas cinco ou seis estudantes negros que frequentaram a Northwestern University. É neste contexto (1955-1956) que termina a sua dissertação de mestrado intitulada "*Ethnocentrism and the Social Definition of Race as In-Group Determinants*" e em abril de 1960 defendeu a sua tese de doutoramento intitulada "*Role Conflict, Reference Group and Race*". A tese girava mais em torno do conceito de atitude social e do problema das percepções etnocêntricas na dinâmica dos grupos, com base numa amostra de 685 estudantes, brancos e negros, inquiridos por correspondência em onze universidades repartidas pelo norte e sul dos Estados Unidos. A situação hipotética era a seguinte: um exame universitário de estudantes negros e brancos no qual eram detectadas irregularidades (vulgo copiar, colar ou cabular) por um vigilante negro e por um vigilante branco, tanto no contexto das universidades do norte como no das do sul. A pesquisa de Mondlane se situa também no campo da ambivalência sociológica definida por Robert Merton, considerando este que "a teoria do grupo de referência tratou da ambivalência de pessoas que aceitam alguns valores assumidos por grupos dos quais não são membros." (MERTON, 1979: 26)

³ Uma das primeiras etapas marcantes da vida de Eduardo Mondlane, é o seu perfil académico. Ele conseguiu superar as barreiras discriminatórias do regime colonial e obter um nível académico de prestígio, o que foi motivo de orgulho no seio dos moçambicanos. Mais ainda, o mérito de Mondlane reside no fato de ter aplicado estes conhecimentos todos, à causa da liberdade de todos os moçambicanos, sem distinção de raça, nem de etnia, nem de filiação ao religiosa e condição social.

⁴ Na mesma altura chegou a candidatar-se a uma vaga de Professor na Universidade do Gana, que não conseguiu obter (GRAÇA, 2000:286). A sua grande ambição era, há já algum tempo, de ser professor universitário.

ministro português que queria recrutá-lo para trabalhar na administração colonial; Mondlane, por seu turno, tentou convencê-lo da necessidade de Portugal seguir o caminho dos restantes países, que estavam dando independência às suas colônias africanas.

Em 1961 visitou Moçambique, a convite da Missão Suíça e teve contatos com vários nacionalistas, onde se convenceu de que as condições estavam criadas para o estabelecimento de um movimento de libertação⁵. Nessa altura e independentemente, formaram-se três organizações com o mesmo objetivo: a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), a MANU (União Nacional Africana de Moçambique) e a UNAMI (União Nacional Africana para Moçambique Independente). Estas organizações tinham sedes em países diferentes e uma base social e étnica também diferentes, mas Mondlane tentou uni-las, o que conseguiu, com apoio do presidente da Tanzânia, Julius Nyerere. Oficialmente a FRELIMO foi criada na Tanzânia, com base naqueles três movimentos, em 25 de Junho de 1962 e Mondlane foi eleito seu presidente.⁶

Em Julho de 1968, realizou-se em Matchedje, Niassa, o segundo congresso da FRELIMO onde Mondlane foi reeleito presidente. Infelizmente Eduardo Mondlane não viu o seu sonho realizado porque, em 03 de Fevereiro de 1969, “morreu de explosão duma bomba na casa de uma amiga, perto da baía das Ostras em Dar-es-Salaam” (Simango, 1969), continuando obscura a explicação completa sobre quem foram os autores e qual a sua motivação, mesmo que uns cheguem a afirmar que a encomenda tenha sido preparada em Lourenço Marques (hoje Maputo) pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE).

⁵ Na mesma época assume-se abertamente como nacionalista moçambicano, participando no 4.º Congresso da *African Studies Association* em Outubro 1961 com uma crítica vigorosa à colonização portuguesa, contrária a tudo o que elogiara anteriormente. Em 1957, no auge das dificuldades que enfrenta por causa do seu casamento com Janet, uma norte-americana branca, Eduardo Mondlane colabora numa obra multidisciplinar sobre o anticolonialismo em Portugal, no quadro do Centro de Estudos Políticos e Sociais dirigido por Adriano Moreira, onde analisa a posição nitidamente ambígua do anticolonialismo americano.

⁶ Entretanto, tivemos acesso a um documento que prova que a FRELIMO foi fundada no dia 02 de fevereiro de 1962, na cidade de Acra (Gana). O nome FRELIMO teria sido sugerido por Fanuel Mahluza. As pessoas que assinam o documento que prova a data da fundação da FRELIMO em Acra são: Adelino Chitifo Gwambe (presidente da União Nacional Democrática de Moçambique – UDENAMO); Mateus Michinji Mole (presidente da União Nacional Africana de Moçambique – MANU), Jaime Maurício Khamba, Marcelino dos Santos (UDENAMO), com os membros das suas delegações.

Ainda em sua gestão, segundo Castro (1980, p. 146), via-se que dentro da FRELIMO havia facções rivais acusando Mondlane de levar uma vida de luxo num chalé em Dar-es-Salaam em vez de estar lutando na selva ao lado de seus guerrilheiros.

Em reconhecimento a seus brilhantes e heróicos feitos, em prol da libertação de Moçambique e de seu povo, a 1 de Fevereiro de 1976 a FRELIMO proclamou o 3 de Fevereiro como uma data nacional, estabelecendo-o como o “Dia dos Heróis Nacionais”. Este aspecto é em honra ao fato de Mondlane ser o verdadeiro Arquitecto da Unidade Nacional. A 3 de Fevereiro de 1979, os restos mortais de Eduardo Mondlane, foram trasladados da Tanzânia para a Cripta da Praça dos Heróis Moçambicanos em Maputo. O ano 2009, foi declarado, ano Eduardo Mondlane, destaca-se a construção e estátuas e outro tipo de monumentos em sua homenagem. Seu nome é imortalizado ainda através da atribuição à instituições de ensino, sendo o exemplo mais elucidativo, a Universidade Eduardo Mondlane, na capital e diversas escolas ao longo do país, assim com à avenidas, ruas, bairros residenciais, de entre outros.

3.2 Uria Timóteo Simango



Cairo, 1973. Fila da trás, da esquerda para a direita: Lutero e Uria Simango. À frente, na mesma ordem, estão Mauca, Celina e Deviz Simango. (Coleção família Simango)

Uria Timóteo Simango (15 de Março de 1926 - ?) foi um pastor presbiteriano moçambicano, líder proeminente da Frente de Libertação de Moçambique FRELIMO durante a luta de libertação contra o regime colonial português. A data exata da sua morte é desconhecida, uma vez que ele foi extra-judicialmente executado (juntamente com vários outros dissidentes da FRELIMO e sua esposa, Celina) pelo governo pós-independência de Samora Machel. A sua biografia foi publicada em 2004.⁷

Simango foi um dos membros fundadores da FRELIMO, com estatuto de vice-presidente desde a sua formação até a data do assassinato do seu primeiro líder, Eduardo Mondlane, em Fevereiro de 1969. Simango sucedeu a Mondlane na liderança da FRELIMO mas, na luta pelo poder após a morte de Mondlane, a sua presidência foi contestada. Em abril de 1969, a sua liderança foi substituída pelo triunvirato no qual Uria Simango passava a ter apenas o posto de coordenador. Os outros dois eram Samora Machel, comandante das guerrilhas que agia no interior e Marcelino dos Santos, poeta associado ao Partido Comunista Francês, ambos “marxistas de linha dura”. Nos finais

⁷ B. L. Nkomo. Uria Simango: Um homem, uma causa. Maputo: Nova África, 2004.

da década de 1960, a FRELIMO foi afetada por lutas internas fratricidas com vários membros mortos por causas não naturais.

Ainda em princípios de novembro de 1960, rompia-se o equilíbrio no seio da FRELIMO, com a expulsão de Simango do Comitê Central, por ter publicado um libelo de 13 páginas, no dia 8 de novembro de 1969, intitulado *Gloomy Situation in Frelimo* (Triste situação na Frelimo), acusando seus companheiros de cúpula do partido de criminosos, despóticos e especialmente tribalistas. Divulgava ainda o documento que denunciava a cisão na FRELIMO já como um fato, pois com a política guerrilheira de executarem sumariamente civis e soldados em Moçambique, as deserções se efetuavam em massa; tais desertores, em aberta rebelião contra a FRELIMO, tornaram-se adeptos de um novo governo civil instalado em Cabo Delgado.

Existem pessoas na organização que apresentam/desenvolvem a teoria de que há dois grupos na organização, um liderado pelo Dr. Mondlane e outro por Uria Simango. Refuto esta teoria e afirmo que existe apenas um grupo, o primeiro, [...]. No entanto, penso que é preciso dizer que existem muitas pessoas na organização que pensam que algumas das nossas acções políticas não são correctas. Essas pessoas não constituem um grupo organizado contra alguém, mas quando são informados sobre essas más políticas eles dizem suas opiniões. Há uma tendência de dizer que estamos divididos quanto à ideologia. Isto só pode significar divergências sobre questões económicas, religiosas, sociais, etc. Concordo que a ideologia é muito importante, mas nunca deve ser considerada como factor de unidade ou de divisão das forças de libertação de Moçambique nesta fase, se todas elas estiverem de acordo e aceitarem os princípios fundamentais: a) libertar Moçambique da dominação colonial portuguesa e b) através da luta armada. [...] Desde 1966, tem-se manifestado uma tendência no grupo, infelizmente composto por gentes do sul, que incluíam o falecido presidente da Frelimo, no sentido de tomarem decisões por eles próprios e impô-las aos outros por meio das suas manobras. O falecido presidente da Frelimo foi criticado por certas pessoas do Sul pelas consequências que este método poderia trazer na causa final. Não se fez caso deste aviso. Este grupo continua com este método. Realizaram-se vários encontros na casa de Janet [esposa de Eduardo Mondlane] tendo tomado parte neles só membros da tribo. Temos de compreender que em Moçambique não existe nenhuma tribo superior às outras...Todas as tribos devem receber um tratamento idêntico. Devem ter os seus direitos atualmente, durante a luta, e depois, na independência. (Simango, 03/11/1969)

Samora Machel e Marcelino dos Santos acabaram por assumir o controle total da FRELIMO. Em abril de 1970, Simango fugiu para o Egito onde, juntamente com outros dissidentes tais como Paulo Gumane (Vice-Secretário Geral fundador da FRELIMO), se

tornou líder do Comitê Revolucionário de Moçambique (COREMO), um outro pequeno movimento de libertação.

Depois da revolução dos Cravos em Portugal (1974), Simango retornou a Moçambique e criou um novo partido político, o "Partido da Coligação Nacional" (PCN), na esperança de disputar eleições com a FRELIMO. Com ele juntaram-se ao PCN várias outras figuras proeminentes do movimento de libertação e dos dissidentes da FRELIMO: Paulo Gumane e Adelino Gwambe (também membro fundador da FRELIMO), o padre Mateus Gwengere e Joana Simeão.

Na época a FRELIMO recusara eleições multipartidárias. O governo português pós-1974 entregou o poder exclusivamente à FRELIMO. Samora Machel e Marcelino dos Santos assumiram os cargos de presidente e vice-presidente, respectivamente. Graça Machel foi nomeada ministra da Educação e Joaquim Chissano ministro dos Negócios Estrangeiros. Uria Simango foi preso e forçado a fazer uma confissão pública de 20 páginas em 12 de Maio de 1975 no Centro de Reabilitação e Reeducação do padre Mateus Gwengere (Tanzânia), onde se retratava e solicitava reeducação. Simango e os restantes líderes do PCN nunca mais foram libertados. Simango, Gumane, Simeão, Gwambe, Gwengere e outros foram secretamente assassinados numa data indeterminada entre 1977-1980. Nem o lugar onde foram executados, nem a maneira como a execução ocorreu foram até hoje divulgados pelas autoridades governamentais. A esposa de Simango, Celina Simango, foi separadamente executada algum tempo depois de 1981 e não há registro público de detalhes ou da data da sua morte.

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA

Ordem de Acção nº 5/ 80

De: DI

Para: DB e o Chefe da BO

No espírito dos costumes, usos e tradições da luta armada de libertação nacional, o Comité Político Permanente da Frelimo julgou e condenou à morte por fuzilamento os seguintes desertores e traidores do povo e da cusa nacional, que foram já executados:

Uria Simango
Lázaro Nkavandame
Júlio Razão Nihia
Mateus Ngwegere
Joana Simeão
Paulo Gumane

De forma a prevenir possíveis reacções negativas, internas ou internacionais que possam surgir em consequência da execução desses contra-revolucionários, o Comité Político Permanente decidiu publicar este acto como uma decisão revolucionária do partido Frelimo, e não como um acto jurídico.

É, portanto, necessário compilar um

dossier declarando a completa história criminal desses indivíduos, bem como suas confissões aos elementos da DD/SI que os interrogaram, declarações de testemunhas, autos de processo e sentença.

Para além desse dossier, deve-se fazer um comunicado que será lido pelo camarada Comandante-em-Chefe onde ele anunciará a execução dos acima mencionados contra-revolucionários.

Foi decidido nomear um Comité para compilar o dossier e preparar o comunicado. O camarada Comandante-em-Chefe decidiu que o acima mencionado Comité será encabeçado pelo camarada Sérgio Vieira, e terá como membros adicionais os camaradas Óscar Monteiro, José Júlio de Andrade, Matias Xavier e Jorge Costa.

*A luta continua
Maputo, 29/ 7/ 80
O Ministro da Segurança
Jacinto Veloso*

3.3 Marcelino dos Santos



Marcelino dos Santos, nascido em 20 de maio de 1929, Lumbo, foi um poeta moçambicano, revolucionário e estadista. Quando jovem, viajou para Portugal e Paris (França), para completar sua educação. Foi um dos membros fundadores da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em 1962 e serviu como vice-presidente da Frente de 1969 a 1977. Foi ministro do Desenvolvimento Econômico no final dos anos 70, membro do Bureau Político da FRELIMO no comando da economia no início dos anos 80, presidente do parlamento do país, a Assembleia da República, de 1987 a 1994 e a partir de 1999, membro do Comitê Central da Frelimo. Ele representava a ala esquerda do partido, mantendo-se um declarado marxista-leninista, apesar de acolhimento por parte do partido da economia de mercado e do capitalismo, nas últimas décadas, um acolhimento que Marcelino dos Santos declarava como sendo temporário. Ele dizia que o "retiro" para o capitalismo era necessário para receber ajuda ocidental para lidar com as incursões da RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) e com a guerra civil.

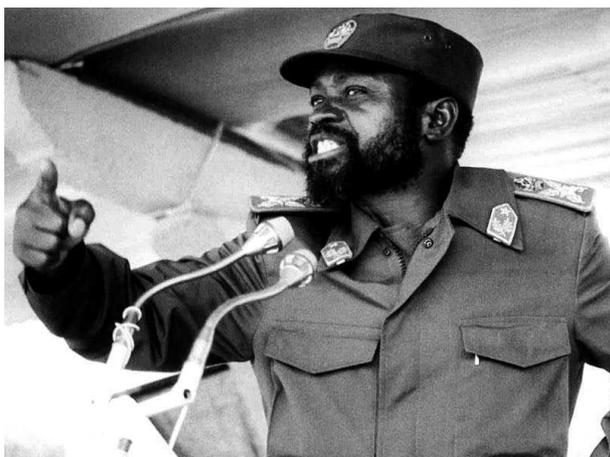
Com os pseudônimos Kalungano e Lilingo Micaia teve poemas seus publicados no Brado Africano e em duas antologias publicadas pela Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa. Com o seu nome oficial, teve um único livro publicado pela Associação dos Escritores Moçambicanos, em 1987, intitulado "Canto do Amor Natural".

Marcelino dos Santos, filho de Firmindo dos Santos e Teresa Sabino dos Santos, foi criado em Lourenço Marques, atual Maputo. Seu pai era politicamente ativo, e foi membro da Associação Africana de Moçambique. Marcelino deixou Moçambique em 1947 para continuar sua educação no Instituto Industrial de Lisboa. Na Casa dos Estudantes do Império, teve contato com os outros destinados a se tornarem líderes do movimento de independência das colônias portuguesas, tais como Amílcar Cabral (Guiné-Bissau), Agostinho Neto (Angola) e Eduardo Mondlane (Moçambique). Em 1950, com a prisão de Neto e a partida de Mondlane para os Estados Unidos, Marcelino dos Santos se transferiu com vários outros para Paris, onde viveu com escritores e artistas associados à revista literária *Présence Africaine*. Sob o pseudônimo de Liliho Micaia, uma coleção de sua poesia foi publicada na então União Soviética.

Ele foi fundamental para a formação do Movimento Anti-Colonial (MAC), em Paris, em 1957. Ingressou na filial de Paris da União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), um dos grupos nacionalistas que mais tarde se fundiriam para formar a FRELIMO. Ele estava envolvido na fundação da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP) em Rabat, em abril de 1961, quando foi eleito secretário permanente encarregado da coordenação da atividade nacionalista, demonstrando habilidade para comunicar os objetivos da CONCP diante de um público internacional. Após a fundação da FRELIMO em 1962, na qual também estava envolvido, cada vez mais dedicou suas energias a essa organização. Em 1964, foi secretário da FRELIMO para assuntos externos, de valor inestimável para o partido por suas habilidades de comunicação, das quais ele lançava mão amplamente em seus discursos perante a Organização da Unidade Africana, a Conferência da Solidariedade Afro-Asiática e as Nações Unidas. Após o assassinato de Mondlane, Marcelino dos Santos foi eleito para o Conselho Presidencial de três pessoas, com Uria Simango e Samora Machel, que orientou o partido através do difícil período subsequente. Em 1970, quando Machel assumiu a presidência sozinho, Marcelino dos Santos tornou-se vice-presidente.

3.4 Samora Moisés Machel

A nossa luta é contra os sabotadores; a nossa luta é contra os preguiçosos; a nossa luta é contra os ladrões; a nossa luta é contra os drogados; a nossa luta é contra os marginais; a nossa luta é contra os especuladores. A nossa luta é contra aqueles que querem oprimir e explorar o povo, roubam os produtos, escondem e depois especulam. É, ou não é? (Samora Machel, 1980)



Samora Moisés Machel nasceu em 29 de setembro de 1933 em Madragoa (Gaza). Filho de um agricultor relativamente abastado, Mandande Moisés Machel, da aldeia de Madragoa (atualmente Chilembene, distrito de Chókwe), Samora entrou na escola primária com nove anos, quando o governo colonial português entregou a "educação indígena" à Igreja Católica. De acordo com Subuhana (2005), nos territórios colonizados por Portugal a educação do africano teve duas finalidades: formar um elemento da população que agiria como intermediário entre o estado colonial e as massas e inculcar uma atitude de servilismo no africano educado. Estes dois fins estão claramente expostos numa carta pastoral do Cardeal Cerejeira, de Lisboa, em 1960:

Tentamos atingir a população nativa em extensão e profundidade para os ensinar a ler, escrever e contar, não para os fazer "doutores". [...] Educá-los e instruí-los de modo a fazer deles prisioneiros da terra e protegê-los da atração das cidades, o caminho que os missionários católicos escolheram com devoção e coragem, o caminho do bom senso e da segurança política e social para a província. [...] As escolas são necessárias, sim, mas escolas onde ensinemos ao nativo o caminho da dignidade humana e a grandeza da nação que o protege (II AL: 372; *apud* Mondlane, 1995: 59; *apud* Mazula, 1995; *apud* Subuhana, 2005).

No trabalho citado, Subuhana (2005) sustenta que em todos os níveis, as escolas para africanos eram primeiro que tudo agências de expansão da língua e da cultura

portuguesas. Em geral o ideal português era promover uma instrução controlada para criar um povo africano que falasse só português, que abraçasse só o cristianismo e fosse tão intensamente nacionalista português como os próprios portugueses da metrópole. Se todos os africanos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau se tornassem naturais portugueses, enganava-se o colonizador, não haveria ameaça de nacionalismo africano.

Quando terminou a escola primária, o jovem de cerca de 18 anos quis continuar a estudar, mas os padres só lhe permitiam estudar teologia⁸ e Samora decidiu ir tentar a vida em Lourenço Marques, atual Maputo. Teve a sorte de encontrar trabalho no Hospital Miguel Bombarda (o principal hospital da cidade) e em 1952, começou o curso de enfermagem. Em 1956, foi colocado como enfermeiro na ilha da Inhaca, do outro lado da baía, em frente à cidade capital de Maputo, onde casou com Sorita Tchaicomo, de quem teve quatro filhos: Joscelina, Edelson, Olívia e Ntewane.

Neto de um guerreiro de Gungunhana, Samora Machel foi educado como nacionalista e como estudante, foi sempre um “rebelde”, tomando conhecimento dos importantes acontecimentos que se davam no mundo: a formação da República Popular da China com Mao Tse Tung, em 1949, a independência de Gana, com Kwame Nkrumah, em 1957, seguida da independência de vários outros países africanos. Mas foi o seu encontro com Eduardo Mondlane, em visita a Moçambique em 1961, que nessa altura trabalhava no Departamento de Curadoria da ONU como investigador dos acontecimentos que levavam à independência dos países africanos, que, juntamente com a perseguição política de que estava sendo alvo, levou à decisão de Samora de abandonar o país em 1963 e juntar-se à FRELIMO na Tanzânia. Para chegar lá, teve a sorte de, no Botswana, encontrar Joe Slovo (que, mais tarde, foi presidente do Partido Comunista Sul-Africano) com um grupo de membros do ANC sul-africano, os quais lhe ofereceram transporte num avião que tinham fretado.

Dado que, nessa altura, já a FRELIMO tinha chegado à conclusão de que não seria possível conseguir a independência de Moçambique sem uma guerra de libertação, o jovem enfermeiro Samora Machel foi integrado num grupo de recrutas para receber treino militar na Argélia. No seu regresso à Tanzânia, ascendeu imediatamente ao posto

⁸ Samora, mais tarde, recordou a sua reação à proposta de ir para o seminário: “Eu disse que não, que não ia. Queria ter educação secundária. Era normal. Eu não queria essa coisa do seminário. Então eles foram falar com o administrador e bloquearam tudo e, portanto, não consegui entrar na escola secundária. Fui para Lourenço Marques (a capital, agora Maputo) mas isso também não funcionou. Os padres travaram-me”.

de comandante. Em Novembro de 1966, na sequência do assassinato de Filipe Samuel Magaia, então Chefe do Departamento de Defesa e Segurança da FRELIMO (o órgão que comandava a luta armada), Samora foi nomeado chefe do novo Departamento de Defesa, com as mesmas funções do anterior, enquanto Joaquim Chissano era nomeado chefe do Departamento de Segurança, tratando dos problemas de espionagem que minavam o movimento.

Em 1967, Samora Machel criou o Destacamento Feminino (DF) para envolver as mulheres moçambicanas na luta de libertação e, em 1969, casou-se oficialmente com Josina Muthemba⁹, uma guerrilheira (com ensino secundário) do DF, de quem teve um filho, Samora Machel Junior.

Em 1968, foi reaberta a “Frente de Tete”, a forma como Samora respondeu às dissidências dentro do movimento, reforçando a moral dos guerrilheiros.

Em 3 de fevereiro de 1969, Eduardo Mondlane, então presidente da FRELIMO, foi assassinado com uma encomenda-bomba. O vice-presidente, Uria Simango, assumiu a presidência, mas o Comité Central da FRELIMO, reunido em abril, decidiu rodeá-lo de duas figuras – Machel e Marcelino dos Santos –, formando um triunvirato. Em novembro desse ano, Simango publicou um documento dando apoio aos antigos dissidentes (que não tinham sido ainda afastados do movimento) e acusando Samora e vários outros dirigentes de conspirarem para matá-lo. Em maio de 1970, noutra sessão do Comité Central, Simango foi expulso da FRELIMO e Samora Machel foi eleito presidente, com Marcelino como vice-presidente. Há quem defenda que Samora Machel não foi eleito após a morte de Mondlane, mas ascendeu ao poder por circunstâncias associadas à situação que a FRELIMO então atravessava. Como corolário, a violação dos estatutos do movimento, ao não aceitar que Uria Simango fosse presidente da FRELIMO após a morte de Eduardo Mondlane em 1969.

Nos anos seguintes, até 1974, Samora transformou a Luta de Libertação em Revolução Democrática e Popular, conseguindo organizar a guerrilha de forma a neutralizar a ofensiva militar portuguesa – comandada pelo General Kaulza de Arriaga, um homem de grande visão militar, a quem foi dado um enorme exército de 70.000 homens e mais de 15.000 toneladas de bombas – e a organizar aquelas que a FRELIMO

⁹ Josina morreu de leucemia, a 7 de abril de 1973. Em sua homenagem, depois da independência de Moçambique, o antigo Liceu Salazar, na capital, passou a chamar-se «Escola Secundária Josina Machel» e o 7 de Abril tornou-se feriado nacional (Dia da Mulher Moçambicana).

chamava de “zonas libertadas”. De fato, a FRELIMO chamava de “libertadas” quaisquer zonas de algum modo afetadas por ações bélicas e que abrangiam cerca de 30% do território. Como as ações bélicas eram essencialmente potenciais ou muito ligeiras na maioria dos casos, estando o verdadeiro foco da guerra confinado a bolsas bem restritas das províncias (então “distritos”) de Cabo Delgado, Niassa e Tete, as “zonas libertadas” – ou melhor, as zonas sob o efetivo controlo da FRELIMO – não tinham a dimensão que esta reivindicava.

Samora dirigiu também uma ofensiva diplomática em que granjeou apoios, não só dos aliados socialistas, mas inclusive do Vaticano, um aliado tradicional de Portugal (o Papa era então Paulo VI).

Após o golpe-de-estado militar de 25 de Abril de 1974 (a evolução dos Cravos), em Portugal, que tivera como causa imediata a incapacidade de resolver a questão colonial pelas armas, o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Mário Soares, encabeçou uma delegação a Lusaca, em que propôs à FRELIMO o cessar-fogo e um referendo para decidir se os moçambicanos (incluindo os habitantes de origem portuguesa) queriam a independência, conforme pretendia o General António de Spínola, primeiro Presidente da República Portuguesa depois do 25 de Abril. Samora recusou, afirmando que “a paz é inseparável da independência” e expandiu as operações militares, contando com a desmotivação dos militares portugueses, aos quais o 25 de abril prometera o fim da guerra. Em julho, aproveitando a inação em que as forças armadas portuguesas tinham caído, cercou um destacamento, que se rendeu, no posto de Omar, junto à fronteira da Tanzânia. Entretanto, a ala mais radical do Movimento das Forças Armadas (MFA), que fizera o golpe de 25 de Abril de 1974 em Portugal, chamou a si as negociações com os movimentos autonomistas das colônias. Com a mudança de atitude de Lisboa, acabou por ser assinado, em 7 de Setembro de 1974, o acordo de Lusaca, entre o governo provisório português (cuja delegação era então dirigida por Melo Antunes, ministro sem pasta) e a FRELIMO. Nos termos deste acordo, formar-se-ia no mesmo mês um governo de transição, com elementos nomeados por Portugal e pela FRELIMO e a independência teria lugar a 25 de Junho de 1975.

A FRELIMO decidiu que o primeiro-ministro do governo de transição não devia ser Samora, mas Chissano, ainda chefe do Departamento de Segurança. Entretanto, Samora fez várias viagens aos países socialistas e a países vizinhos de Moçambique, para agradecer o seu apoio durante a luta armada e solicitar apoio para a construção do

Moçambique independente. Durante uma sessão do Comitê Central, realizada na praia do Tofo (Inhambane) e dirigida por Samora, foi aprovada a Constituição da República Popular de Moçambique e decidido que Samora Machel seria o presidente da república.

Ainda antes da independência, sob a vigência do governo de transição partilhado com Portugal, a FRELIMO cilindrou toda a oposição. Os antigos militantes Lázaro Nkavandame, Uria Simango, Paulo Unhai, Kambeu e Padre Mateus Gwengere¹⁰ foram detidos, a pretexto de se terem aliado a elementos da comunidade branca no levantamento de 7 de Setembro de 1974 contra a entrega do poder à FRELIMO. A mesma onda apanhou Joana Simeão que, apesar de nunca ter pertencido à FRELIMO, criara um partido (GUMO – Grupo Unido de Moçambique) alegadamente de tendências pró-ocidentais, propondo um modelo baseado no pluralismo e no mercado livre¹¹. Classificados como “traidores” e “inimigos do povo”, foram sujeitos a um julgamento sumário presidido pelo próprio Machel nos moldes ditos “revolucionários” e “populares”.

Segundo revelam os jornalistas José Pinto de Sá e Nélon Saúte no diário português “Público”, Joana Simeão, o reverendo Uria Simango, Lázaro Nkavandame, Raul Casal Ribeiro, Arcanjo Kambeu, Júlio Nihia, Paulo Gumane e o padre Mateus Gwengere encontravam-se internados no “campo de reeducação” de M’telela, na província do Niassa (noroeste de Moçambique), quando, a 25 de junho de 1977 (segundo aniversário da independência de Moçambique), lhes foi comunicado que iriam ser transportados para a capital, Maputo, onde o presidente Samora Machel discutiria a sua libertação. Seguiam numa coluna de jipes que, a dada altura, parou. À beira da picada, os soldados tinham aberto com uma escavadora mecânica uma grande vala e tinham-na enchido parcialmente de lenha. Amarraram os prisioneiros, atiraram-nos para dentro da vala e regaram-nos com gasolina, ateando-lhes fogo. Os prisioneiros políticos da FRELIMO foram queimados vivos, enquanto os soldados entoavam hinos revolucionários em redor da vala. Só dezoito anos mais tarde, em 1995, vieram à luz os macabros pormenores do massacre, perante o silêncio da FRELIMO, cujos sucessivos governos se tinham até então sistematicamente negado a fornecer informações sobre o paradeiro daqueles elementos do chamado “grupo dos reacionários”.

¹⁰ Mateus Gwengere foi raptado no Quênia, onde se encontrava exilado e trazido secretamente para Moçambique.

¹¹ Ironicamente, a FRELIMO viria a adotar esse modelo anos mais tarde, quando acabou por renunciar ao marxismo.

Um outro dissidente da FRELIMO, Miguel Murupa, conseguiu refugiar-se em Portugal, tal como Máximo Dias (n.º 2 do GUMO) e dois antigos contestatários do regime colonial, Domingos Arouca e Pereira Leite. O advogado Willem Gerard Pott, com atividade considerada progressista durante a época colonial, caiu em desgraça por não demonstrar fidelidade incondicional à FRELIMO, acabando por morrer na prisão em consequência de tratamentos aviltantes (como, por exemplo, ser obrigado a correr seminu na via pública).

É quase consensualmente admitido que uma das principais razões do colapso da economia moçambicana após a independência foi a “partida precipitada” da maioria dos cerca de 200.000 portugueses residentes no país nas vésperas do 25 de Abril de 1974 e que esse êxodo terá sido provocado por uma mudança brusca de atitude por parte de Samora Machel.

Com efeito, o governo de transição que iria dirigir o país entre o acordo de cessar-fogo (assinado a 7 de Setembro de 1974 em Lusaca) e a independência (prevista para 25 de Junho do ano seguinte) tinha-se mostrado bastante conciliador. O primeiro-ministro, Joaquim Chissano (que se tornaria presidente da República depois da morte de Machel, doze anos mais tarde), conseguiu convencer a maior parte dos brancos de que somente os que tivessem graves responsabilidades nas páginas mais sombrias da época colonial poderiam reechar o governo da FRELIMO.

Um mês antes da independência, ou seja, em meados de Maio de 1975, Samora Machel entrou em Moçambique pela fronteira norte, vindo da Tanzânia e encetou um périplo com destino à capital, situada no extremo sul, aonde deveria chegar na véspera da independência. Ao longo dessa viagem, inflamava literalmente as massas com os seus discursos, nos quais não cessava de repisar os aspectos mais odiosos e humilhantes do colonialismo na perspectiva dos colonizados. O mal-estar instalou-se progressivamente entre a comunidade portuguesa, numerosos membros da qual decidiram ir refazer a vida noutras paragens, como África do Sul, Portugal, Zimbábue, entre outras.

Têm sido propostas diversas explicações para esta mudança de atitude. No seu livro *Quase Memórias*, António de Almeida Santos, célebre advogado de Lourenço Marques que, após a queda do regime de Marcello José das Neves Alves Caetano, foi Ministro da Coordenação Interterritorial e que conheceu Machel de perto, sustenta que o presidente da FRELIMO teria sido muito afetado por dois episódios de violência, o

primeiro dos quais causado por um levantamento na capital, com a tomada das instalações do Rádio Clube de Moçambique, na sequência da assinatura do acordo de Lusaca de 7 de Setembro de 1974 entre o governo provisório português e a FRELIMO, prevendo a concessão do poder, sem partilha, ao movimento nacionalista: este levantamento foi dirigido pela FICO (Frente Integracionista de Continuidade Ocidental), um movimento maioritariamente branco ao qual se tinham aliado dissidentes da FRELIMO e outros membros da comunidade negra que não viam com bons olhos a instauração de um regime de partido único em nome da FRELIMO. Como represália, eclodiram então motins sangrentos nos bairros negros da cidade e, durante vários dias, milhares de habitantes, sobretudo portugueses, foram barbaramente massacrados por apoiantes da FRELIMO. O segundo episódio de violência ocorreu poucas semanas mais tarde, a 21 de Outubro de 1974, na sequência de uma querela entre comandos portugueses e guerrilheiros da FRELIMO, provocando também motins sangrentos nos bairros de maioria negra, com o assassinato de dezenas de brancos e negros. Segundo Almeida Santos, Machel ter-se-ia possivelmente convencido de que a presença de uma numerosa comunidade portuguesa em Moçambique constituiria sempre uma fonte de instabilidade e uma ameaça potencial contra o poder da FRELIMO. A isso ter-se-iam juntado as pressões da União Soviética, para com quem a FRELIMO tinha contraído uma pesada dívida, sobretudo política e que teria interesse em se desembaraçar dos portugueses a fim de melhor exercer a sua influência em todos os níveis.

No plano interno, Samora sempre assumiu uma política autocrática e populista, tentando utilizar nos meios urbanos os métodos usados na guerrilha e promover o desenvolvimento do país em bases socialistas, com repressão de qualquer dissidência interna. Menos de um mês depois da independência, Samora anunciou a nacionalização da saúde, da educação e da justiça; passado um ano, a nacionalização das casas de rendimento, criando a APIE (Administração do Parque Imobiliário do Estado), que alugava as casas com rendas de acordo com o rendimento do agregado familiar. Lançou grandes programas de socialização do campo, com o apoio dos países socialistas, envolvendo-se pessoalmente numa campanha de colheita do arroz. Conseguiu ainda o apoio popular, principalmente dos jovens, para operações de grande vulto, tais como o recenseamento da população, em 1980 e a troca da moeda colonial pela nova moeda, o metical, no mesmo ano. Outras políticas populares foram as “ofensivas” a favor do

aumento da produtividade e contra a corrupção, geralmente anunciadas em grandes comícios, para os quais a população era maciçamente convocada.

No entanto, poucas destas campanhas tiveram êxito e, em parte, levaram à partida de grande número de residentes de origem estrangeira, portugueses na sua maioria, o que provocou a paralisação temporária de muitas empresas e, mais tarde, por falta de capacidade de gestão do bem público, o colapso de muitos setores, como as indústrias têxtil, metalúrgica e química. Outras medidas impopulares foram o encarceramento nos chamados “campos de reeducação” das Testemunhas de Jeová, dos “improdutivos”, da “operação produção”, das prostitutas e a colocação em locais remotos de jovens com cursos superiores, medidas com o alegado objetivo de desenvolver regiões onde havia pouca população. A instalação do aparelho policial e repressivo gerou também desencanto entre a população, sobretudo urbana, em expansão rápida nos anos 70 e 80 e nas próprias bases do partido FRELIMO.

Sob a iniciativa do SNASP (Serviço Nacional de Segurança Popular) e da temida PIC (Polícia de Investigação Criminal), proliferaram as detenções, quer em penitenciárias tradicionais, como a da Machava, quer em “campos de reeducação” perdidos no mato do norte e do centro do país.¹² A vida quotidiana dos cidadãos passou a ser vigiada pelos “grupos dinamizadores”, células de controle criadas a nível dos bairros e locais de trabalho.

Foi imposta uma reforma agrária, que visava agrupar os camponeses em “aldeias comunais” segundo o modelo dos kolkhozes e sovkhozes. Para o efeito, o novo regime moçambicano não hesitou em utilizar os antigos “aldeamentos”, pequenos aglomerados nos quais o exército português tentara confinar a população rural, tradicionalmente dispersa em unidades unifamiliares no campo, a fim de a subtrair à influência da FRELIMO nas zonas do norte afetadas pela guerra.¹³ A reforma agrária baseada no conceito das “aldeias comunais” redundou num fiasco colossal.

Na frente externa, Samora Machel participou ativamente na criação dos Países da Linha da Frente¹⁴ e em todas as grandes decisões que fizeram avançar a luta de

¹² A própria primeira mulher de Machel, que ele abandonara quando partira para a Tanzânia em 1963, foi detida, mau grado a sua ausência total de atividade política.

¹³ Paradoxalmente, a própria FRELIMO classificava então esses “aldeamentos” como “campos de concentração”.

¹⁴ A Linha da Frente foi a primeira forma de Coordenação e Integração Regional formalmente reconhecida dos países da África Austral e visava a mobilização e cooperação de esforços para fortalecer os Movimentos de Libertação Nacional que lutavam contra a opressão colonial na região. Por iniciativa

libertação na África Austral. De uma maneira geral, Machel sempre seguiu uma política de angariar amizades e apoio para Moçambique, não só entre os “amigos” tradicionais, os países do “bloco socialista” e os países vizinhos unidos numa frente de integração regional, a SADCC¹⁵, mas até entre os seus “inimigos”, chegando a ser recebido (embora com frieza) por Ronald Reagan e tendo assinado um acordo de boa-vizinhança com Pieter Botha, presidente da África do Sul nos últimos anos do apartheid (o acordo de Nkomati). Apesar disso, Samora não conseguiu sustentar a guerra que, iniciada logo a seguir à independência pelos vizinhos regimes racistas (a África do Sul e a Rodésia de Ian Smith), se tornou uma verdadeira guerra civil dirigida por um movimento de resistência armada (a RENAMO).¹⁶

A partida da comunidade portuguesa, o insucesso da política de socialização e a guerra levaram a um colapso econômico e Samora, nos últimos anos, teve de abrandar a política de orientação comunista, permitindo aos “quadros” acesso a bens que estavam vedados ao comum dos cidadãos, encetando conversações com a RENAMO e, finalmente, organizando acordos com o Banco Mundial e o FMI, no sentido de estancar a guerra e relançar a economia.

A 30 de Agosto de 1982 recebeu o Grande-Colar da Ordem do Infante D. Henrique.¹⁷

Samora Machel não conseguiu, no entanto, ver realizados os seus propósitos, uma vez que, em 19 de Outubro de 1986, quando se encontrava de regresso de uma reunião internacional em Ndola, a terceira maior cidade de Zâmbia, o Tupolev 134 cedido pela União Soviética em que seguia, junto com muitos dos seus colaboradores,

dos presidentes Agostinho Neto (Angola), Samora Machel (Moçambique), Seretse Khana (Botswana), Julius Nyerere (Tanzânia) e Kenneth Kaunda (Zâmbia), foi criada a Linha da Frente, em abril de 1977. Os países da Linha da Frente, uniram esforços no sentido de travar as ações de desestabilização militar, desencadeadas pelo regime do apartheid da África do Sul contra os países independentes da região. A Linha da Frente, tinha por objetivo a libertação total dos povos e territórios oprimidos e sob dominação política, econômica e social na África Austral. A independência do Zimbábue foi uma vitória do movimento da Linha da Frente.

¹⁵ Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral.

¹⁶ A guerra civil durou 16 anos, provocou cerca de um milhão de mortos e cinco milhões de deslocados e destruiu grande parte das infraestruturas do país.

¹⁷ A Ordem do Infante D. Henrique destina-se a distinguir quem houver prestado serviços relevantes a Portugal, no país e no exterior, assim como serviços na expansão da cultura portuguesa ou para conhecimento de Portugal, da sua história e dos seus valores. O Grande Colar da Ordem do Infante D. Henrique é o mais alto grau da Ordem e é concedido pelo presidente da república a antigos chefes de estado e a pessoas cujos feitos, de natureza extraordinária e especial relevância para Portugal, os tornem merecedores dessa distinção.

se despenhou em Mbusini, nos montes Libombos (território sul-africano, perto da fronteira com Moçambique). O acidente foi atribuído a erros do piloto russo, mas ficou provado que este tinha seguido um rádio-farol, cuja origem não foi determinada. Este fato levou a especulações sobre uma possível cumplicidade do governo sul-africano, que nunca se conseguiu provar.

Em 2010, o jornalista português José Milhazes, que vive em Moscou desde 1977 e trabalha atualmente para o diário português *Público*, como correspondente da cadeia portuguesa de televisão *SIC*, publicou o livro “*Samora Machel: Atentado ou Acidente?*”, no qual sustenta que a queda do avião nada teve a ver com um atentado ou uma falha mecânica, mas sim com diversos erros da tripulação russa: em lugar de executar corretamente as operações de voo, os membros da tripulação, incluindo o piloto, estavam entretidos com futilidades, como a partilha de bebidas alcoólicas e outras, que não era possível obter em Moçambique e que eles traziam de Zâmbia. Segundo Milhazes, tanto os soviéticos como os moçambicanos teriam interesse em divulgar a tese de um atentado perpetrado pelo governo racista da África do Sul: a URSS queria salvaguardar a sua reputação (qualidade mecânica do aparelho e profissionalismo da tripulação), ao passo que o governo de Moçambique queria criar um herói.

No entanto, em 2007, Jacinto Veloso, um dos mais fieis aliados de Machel no seio da FRELIMO, tinha já publicado as suas *Memórias em Voo Rasante*, nas quais sustenta que a morte do presidente de Moçambique se deveu a uma conspiração entre os serviços secretos sul-africanos e os soviéticos, que, uns e outros, teriam razões para eliminá-lo.

Segundo Veloso, o embaixador soviético pediu certa vez uma audiência ao presidente para lhe comunicar a apreensão da URSS face ao aparente “deslizamento” de Moçambique para o Ocidente, ao que Machel teria respondido “Vai à merda!”, ordenando em seguida ao intérprete que traduzisse e abandonando a sala. Convencidos de que Machel se afastara irrevogavelmente da sua órbita, os soviéticos não teriam hesitado em sacrificar o piloto e toda a equipagem do seu próprio avião.¹⁸

¹⁸ A viúva de Samora, Graça Machel (Simbine de seu nome de solteira), com quem ele se casara em 1977 sendo ela Ministra da Educação, casou-se em 1998 com Nelson Mandela.

CAPÍTULO 4.

DESCOLONIZAÇÃO E A LUTA PELA LIBERTAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

A descolonização pode ser descrita como um processo histórico, primordialmente político, ocorrido em especial após a segunda guerra mundial e que se traduziu na obtenção gradativa da independência das colônias europeias situadas na Ásia e na África. Teve seu ritmo regulado, quer pelas formas de luta dos povos colonizados na conquista de sua independência, quer pela política de “concessões” de autonomia, diferente segundo a potência colonizadora e, sobretudo, a especificidade de cada território. Deu-se, de um modo geral, por sucessivas etapas de crescente autonomia interna das colônias, processos de que provieram a Commonwealth (Comunidade das Nações), sob égide britânica e as transitórias União Francesa e Comunidade Francesa.

Para Nate Roy (*apud*, Pereira, 1978), socialista indiano, o conceito de descolonização, por ele utilizado já em 1927, representa o conjunto de concessões feitas pelo colonialismo inglês à burguesia indiana. Esta classe, assim favorecida, perderia todo o seu caráter revolucionário e passaria a fazer parte do sistema capitalista na Índia, do qual ela assumiria a gestão. Roy considerava a descolonização - tal como se prenunciava em seu país naquela época - como uma manobra de recuperação pelas potências coloniais das lutas conduzidas pelos povos colonizados, visando a sua independência. Tal recuperação só poderia ser feita com a cumplicidade ativa das burguesias nacionais.

Para Frantz Fanon (1968), psiquiatra nascido na Martinica, mas engajado na guerra de independência da Argélia, o conceito de descolonização tem um outro sentido: “Libertação nacional, renascimento nacional, restituição da nação ao povo, Commonwealth, quaisquer que sejam as rubricas utilizadas ou as novas fórmulas introduzidas, a descolonização é sempre um fenômeno violento, (...) é simplesmente a substituição de uma ‘espécie’ de homens por outra ‘espécie’ de homens” (Fanon, 1968, p.27). Ela só se completa, portanto, com a criação de homens novos que tenham vomitado a ideologia colonial. Esse processo, de estratégia cultural (ou mental), não poderia passar por nenhum tipo de colaboração entre colonizado e colonizador.

Aonde, quando, como e por quê? Penso que são algumas questões de extrema importância, para que possamos desenvolver este ponto, relacionado com a questão da luta de Libertação de Moçambique.

A definição de um território próprio, sem a intromissão do outro, à exceção do arquipélago de Cabo Verde e das ilhas de São Tomé e Príncipe, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, enfrentaram longas guerras de libertação, iniciadas respectivamente em 1961, 1963 e 1964 (BITTENCOURT, 1997). Não restam dúvidas de que o processo de luta conduzido pelo povo moçambicano foi coroado de resistências dos seus antecessores, submetidos ao sistema colonial português no decurso das distintas etapas da colonização. Embora no princípio apresentassem resistências e/ou revoltas de caráter egocêntrico, isto é, “tribalista” e regionalista, posteriormente, com o passar dos tempos, foram adquirindo dimensões de índole nacional (SANTOS, 1989, p. 410).

O acordo de transferência do poder tinha sido assinado entre Portugal e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) no dia 7 de setembro de 1974, nove meses antes da proclamação da independência. As negociações só foram possíveis depois da revolução dos Cravos em Portugal, em 25 de abril de 1974, que derrubou o regime português do Estado Novo.

Em Moçambique a guerra de libertação do jugo colonial durou dez anos. O regime português, a ditadura salazarista, continuada por Marcelo Caetano, nunca formulou uma solução para a guerra que levasse em conta o ambiente internacional de apoio ao movimento descolonizador, nem as recomendações e resoluções da ONU que apoiavam os processos de independência dos territórios não-autônomos e muito menos o sentimento nacionalista dos povos colonizados.

O movimento descolonizador, pelas razões que são conhecidas, reforçou-se depois da segunda guerra mundial, levando à independência de vários territórios coloniais e à constituição de novos países. Costuma apontar-se a Conferência de Bandung, ocorrida em abril de 1955, como um acontecimento decisivo para o reforço do apoio à ideia descolonizadora de todos os territórios dependentes. (Cf. Pereira, 1978)

Em cerca de 20 anos, as potências coloniais europeias foram cedendo, perante a pujança do movimento descolonizador, às reivindicações e à luta dos povos pela sua autodeterminação, acabando por dar origem a algumas dezenas de novos países, desde o

Extremo Oriente, ao Médio Oriente, ao Norte de África e à África subsaariana. Em meados da década de sessenta, poucos casos complexos estavam por resolver, estando estes especialmente localizados na África Austral, em que se incluíam as colônias portuguesas de Angola e Moçambique, a Rodésia (atual Zimbábue) e a África do Sul do regime do apartheid. Por outro lado, as grandes potências emergentes da II Guerra Mundial, Estados Unidos da América e União Soviética, na disputa de zonas de influência, apoiaram a formação de resistências contra a presença europeia nas suas colônias. Mesmo nos territórios onde o nacionalismo pretendeu preservar o seu próprio processo de luta, a influência das grandes potências esteve invariavelmente presente, quer no apoio ideológico e doutrinário, quer no apoio material.

Em Moçambique, os movimentos autonomistas modernos encontram as suas raízes na década de 50 do século XX, mas a necessidade de organizar politicamente o sentimento de resistência à situação colonial começou a produzir os seus efeitos em 1960, em especial junto às comunidades moçambicanas emigradas nos territórios vizinhos.

Oficialmente, em 25 de Junho de 1962 é fundada a Frente de Libertação de Moçambique, também conhecida por seu acrônimo FRELIMO, em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, quando três organizações nacionalistas de base regional - a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO – Salisbury, hoje Harare-Zimbábue, 1960), União Nacional Africana de Moçambique (MANU, à maneira da KANU do Quênia, formada em 1961, a partir de vários pequenos grupos já existentes entre os moçambicanos trabalhando em Tanganica e Quênia, sendo um dos maiores a União Makonde de Moçambique - UMM) e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI - fundada por exilados da região de Tete que viviam no Malawi em 1961) - fundiram-se em um movimento guerrilheiro de base ampla sob os auspícios do presidente tanzaniano Julius Nyerere.¹⁹

De acordo com Uria Simango (1969), a unificação dessas organizações foi o mais importante acontecimento realizado pelo povo na luta contra o colonialismo português. Simango sustenta que o objetivo a atingir - a independência de Moçambique do domínio colonial - era o princípio guia para aceitar membros na Frente. Ou seja, todo o moçambicano, independentemente do seu credo, sexo ou ideais políticos, podia ser

¹⁹ Tivemos acesso a um documento que mostra que a FRELIMO foi fundada em Acra (Gana).

membro se aceitasse as regras e o programa da Frente. Na opinião dos fundadores, a Frente visava conduzir as massas populares moçambicanas de raça negra que sofriam sob o jugo colonial português, na luta pela liberdade e independência. A unidade e a luta, tinham como base o moçambicano e nacionalista africano. Simango diz que esta orientação que guiou os fundadores da Frente de Libertação, ajudou a reunir todos os membros das organizações anteriores e outros na consolidação da Frente e da luta. Os princípios fundamentais da Frente de Libertação de Moçambique, de acordo com Simango, foram: a) libertar Moçambique da dominação colonial portuguesa e b) através da luta armada.

A recém-formada FRELIMO estabeleceu sua sede em 1963 na cidade de Dar-es-Salaam. Como os grupos constitutivos da FRELIMO eram de base étnica ou regional, a coesão revelou-se desde o início muito frágil, razão da escolha de Eduardo Mondlane como presidente, por não proceder de nenhum desses grupos. O reverendo Uria Simango foi o seu primeiro vice-presidente.

Mondlane tinha estudado antropologia e sociologia nos Estados Unidos, começando a trabalhar para a ONU em 1961. Nos Estados Unidos foi ainda professor da Universidade de Siracusa, mas, no início de 1962, decidiu empenhar-se inteiramente na luta de libertação nacional. Foi então encarregado de organizar o I Congresso da FRELIMO em Dar-es-Salaam, no dia 23 de setembro de 1962, congresso que veio a consolidar a organização e prepará-la para o início da luta armada. Não obstante as rivalidades étnicas e a luta pelo poder seriam, desde então, uma constante.

De 1962 até ao início das hostilidades, a FRELIMO consolidou a sua retaguarda em Tanganica (atual Tanzânia, independente a partir de dezembro de 1961), contando com apoios diversificados, desde os Estados Unidos no início, até à Argélia, Egito, Marrocos, países socialistas e China.

Contudo, a liderança de Eduardo Mondlane e a vida da FRELIMO não foram tranquilas nos anos de 1962 e 1963. A primeira direção da Frente, saída do ato da fundação, acabou por se desmembrar em maio de 1963. Estes acontecimentos marcariam a organização, na qual sempre permaneceu uma fratura entre os quadros diretivos, a maioria proveniente do sul do território e a grande massa dos combatentes recrutados nas populações do norte. De qualquer modo, o movimento continuou a preparar a insurreição militar.

No período de 1963 e 1964, a situação africana modificou-se consideravelmente, em especial nas fronteiras das colônias portuguesas. Ainda em 1963, Zanzibar juntou-se à Tanganica, criando a Tanzânia, com Julius Nyerere como presidente e o líder de Zanzibar como vice-presidente. Em 1964 deu-se a independência do protetorado britânico da Niassalândia, que adotou o nome de Malawi. A Rodésia do Norte também alcançou a sua independência em 1964, adotando o nome de Zâmbia e tendo como presidente Kenneth David Kaunda. Tanto o Malawi como a Zâmbia eram países interiores, dependentes das saídas para o mar controladas por Portugal.

4.1 Da luta armada de libertação à proclamação da independência de Moçambique?

O processo de luta anticolonial era irreversível. Se até 1962 o leme da história esteve nas mãos do colonialismo português, a partir daí a situação mudou. O povo moçambicano em armas, liderado pela Frente Libertação de Moçambique (FRELIMO), pegou no leme. (SERRA, 1988, p 41)

A 25 de junho de 1962, após esforço desenvolvido por Eduardo Mondlane e por outros nacionalistas, a FRELIMO era herdeira de um longo multifacetado processo de resistência do povo moçambicano à agressão colonial-imperialista. Mas foi sendo também a ruptura com esse passado, com a resistência “tribal”, com a luta regional, a pressão reformista, a denúncia atomizada, a denúncia poética, a greve isolada. (IDEM, 1988).

Desde princípios de 1964 a situação em Moçambique era de pré-insurreição. Ainda que formalmente não tivesse estalado o conflito, guerrilheiros da FRELIMO, vindos da Tanzânia e que tinham recebido treino militar na URSS e na China, entraram clandestinamente no país e começaram a preparar os distritos (hoje províncias) de Cabo Delgado e de Niassa para a futura insurreição militar.

A sua ação mítica, tida pela própria organização como a marca do início da luta armada, deu-se na noite de 25 de setembro de 1964,²⁰ com o ataque a um posto

²⁰ “[...] Patriotas, em vosso nome, a Frelimo [Frente de Libertação de Moçambique] proclama hoje [25 de Setembro de 1964] solenemente, a insurreição geral armada do povo moçambicano contra o colonialismo

administrativo de Cabo Delgado, a 10 km da fronteira da Tanzânia, levado a efeito por um destacamento de 12 guerrilheiros, sob o comando de Alberto Chipande. Embora se possa considerar que outras ações mais ou menos simultâneas ocorreram em outros locais do norte do território, a verdade é que, a partir de então, os incidentes violentos não pararam de aumentar.

A luta armada foi pouco a pouco se estendendo por todo o território moçambicano, quando isso acontecia, era o Comandante em Chefe que se pronunciava dando a conhecer mais uma das suas estratégias para derrubar o colonizador português, que a muito tempo era tido como uma pedra no sapato:

Camaradas,

Vimos anunciar-vos um acontecimento de extrema importância no processo de desenvolvimento do nosso combate. A nossa luta armada de libertação nacional acaba de estender-se para mais uma Província. Cumprindo a palavra de ordem da mensagem de 25 de Setembro do ano passado, as Forças Populares de Libertação de Moçambique iniciaram operações militares na Província de Manica e Sofala. A luta prossegue de acordo com o plano traçado: no dia 25 de Julho atacámos diversos objetivos estratégicos nesta província. A luta armada acaba, pois de se instalar em mais uma frente, uma nova Província começa a libertar-se da opressão colonial. Pouco a pouco vão nascendo os frutos do esforço gigantesco e unido de todo o Povo moçambicano, do Rovuma ao Maputo. Os sacrifícios, as marchas, as vidas oferecidas generosamente, começam a transformar-se em liberdade para novas gentes. O desencadeamento da luta em Manica e Sofala certamente que resulta da determinação, da coragem, do patriotismo e da consciência da população, dos combatentes, dos quadros e responsáveis da Província. Mas o desencadeamento da luta também resulta do esforço, do combate de todos os Moçambicanos, em particular nas províncias já em luta armada. Quanto mais fogueiras existem na floresta, menos possibilidades tem o inimigo de apagar os novos fogos que nascem. Neste contexto, devemos saudar a consciência exemplar dos nossos camaradas na Província de Tete, que souberam assumir a nossa linha e assim transformaram-se em base de apoio para a expansão da luta para novas zonas. Fazendo-o, também consolidaram a situação em Tete. Mais feridas sangram no corpo da fera colonialista, mais débil se torna a sua força real, ainda que maior seja o seu rancor e raiva de desespero. A população de Manica e Sofala soube assumir a nossa disciplina, os nossos princípios estratégicos e táticos. Ainda que submetida ao trabalho forçado, à palmatória, ao imposto, embora levada para os campos da morte das companhias de açúcar, mesmo sofrendo a asfixia da poeira nas fábricas de cimento, apesar do chicote na construção das estradas, a

português, e a conquista da independência total e completa de Moçambique”. (Discurso proferido pelo antropólogo Eduardo Chivambo Mondlane – primeiro presidente da Frelimo).

população de Manica e Sofala com paciência esperou a palavra de ordem do partido, com disciplina aguardou que o esforço comum criasse as condições propícias ao desencadeamento da luta. Ao agir assim, a população de Manica e Sofala mostrou que soube transformar os seus sofrimentos em determinação revolucionária, demonstrou que possui a maturidade política necessária para levar à vitória a nossa guerra de libertação. A abertura da nova frente é uma grande derrota para o colonialismo português e o imperialismo. Manica e Sofala é um centro estratégico de desdobramento das tropas colonialistas; a recente transferência da sede do Alto Comando Militar inimigo de Nampula para a Beira, demonstra bem a importância militar da Província. Pelas riquezas agrícolas, minerais, pela sua actividade industrial, pela importância da sua rede de comunicações, Manica e Sofala goza dum lugar preponderante no dispositivo de exploração económica colonial e imperialista do nosso país. Dezenas de companhias americanas, inglesas, francesas, alemãs, japonesas e portuguesas, auferem lucros fabulosos, explorando as riquezas e os trabalhadores nesta Província. É evidente, assim, que a abertura da luta em Manica e Sofala afecta profundamente a estrutura da exploração colonialista e imperialista. Os sonhos e promessas rápidas de vitória que tradicionalmente o Alto Comando colonialista vem prometendo às suas tropas desmoralizadas, sofreu um golpe fatal. Novas mentiras terão que ser inventadas por Kaúlza, para esconderem em vão a derrota final cada vez mais iminente. É certo também que o inimigo, ferido num dos seus pontos mais sensíveis e dolorosos, vai reagir mais brutalmente, mais ferozmente, mais criminosamente. Devemos estar conscientes de que as vagas de prisões e torturas, bombardeamentos e massacres, serão mais numerosos, mais intensos, mais sistemáticos. O que mais é, devido à situação estratégica da Província em relação ao resto da África Austral, devemos saber que em Manica e Sofala o imperialismo, os racistas sul-africanos, e rodesianos, farão tudo para esmagar a nossa luta. Fracassarão. Os crimes que cometem, a agressão contra o nosso Povo, é gasolina lançada na fogueira da guerra popular. Estamos seguros também que ao esforço da aliança imperialista e racista corresponderá um desenvolvimento consequente da solidariedade internacional, do campo das forças progressistas que nos apoiam. A nossa vitória de hoje é também de todos os povos, dos que combatem ao nosso lado, especialmente, em Angola e na Guiné-Bissau, dos que nos apoiam firmemente na África e no mundo, é uma vitória do campo socialista nosso aliado, é uma vitória ainda do próprio povo português em luta contra o fascismo e a guerra colonial. Ao desencadarmos a luta em Manica e Sofala, onde se encontra implantada uma fracção importante da comunidade portuguesa do nosso país, queremos reafirmar que a nossa luta não é contra ela, que a nossa vitória só pode beneficiar os que vivem do trabalho honesto, os que sofrem da exploração colonial e fascista. O Povo moçambicano, fraternalmente, convida os soldados portugueses, a população portuguesa, a unirem-se ao esforço comum de libertação. Neste décimo ano da FRELIMO, no momento em que, terminadas as celebrações do 25 de Junho, nos preparávamos para celebrar o 25 de Setembro, a ação unida do Povo e dos combatentes da FRELIMO abriu uma nova frente. É um momento de grande alegria e orgulho para todo o Povo Moçambicano. Mas é também um momento em que comovidamente evocamos a memória dos camaradas que no campo de batalha, na ação clandestina, nas prisões colonialistas heroicamente se

sacrificaram pela libertação da nossa terra e do nosso Povo, e tornou possível pelo seu sangue e sacrifício, mais esta grande vitória. Saibamos ser dignos desse sangue puro e generoso, intensifiquemos o combate, consolidemos a luta em Manica e Sofala e nas outras Províncias, estendamos a luta para novas frentes. A luta continua! Independência, ou Morte! Venceremos! (Samora Machel)

Dentro das boas regras da guerra subversiva, os guerrilheiros espalhavam a insegurança na zona, dificultando a atividade rotineira das populações e pondo em causa a capacidade das autoridades para exercerem o seu domínio. Eram, ainda, ações de valor militar modesto, mas que criavam o ambiente de resistência que era pretendido. Além disso, a FRELIMO iniciou, ao mesmo tempo, uma campanha de divulgação, junto às populações, dos objetivos da sua luta.

As primeiras ações diretamente contra as tropas portuguesas ocorreram ainda no ano de 1964, provocando as primeiras baixas em combate.

A partir do início da luta armada, em 1964, tanto a FRELIMO como as forças portuguesas em Moçambique deviam ter definido uma estratégia de atuação. Contudo, neste período inicial das hostilidades, os objetivos da FRELIMO eram muito limitados. As suas preocupações estavam sobretudo centradas na unidade das várias correntes que constituíam o movimento, no sentido das disputas não colocarem em causa a sua própria sobrevivência. As condições eram bastante desfavoráveis. Em primeiro lugar, opunham-se, no seu interior, grupos de origem e formação muito diferentes, entre quadros urbanizados e cultos, que entendiam Moçambique como um todo, nas suas fronteiras estabelecidas (sem valorização do fato de pertencerem a diversos grupos étnicos) e muitos militantes e também dirigentes, que provinham de estruturas mais tradicionais e que tendiam a valorizar as reivindicações dos povos de onde provinham. Este conflito agudizou-se em torno da disputa do poder por Eduardo Mondlane, representante do entendimento moçambicano do papel da FRELIMO e Lázaro Kavandame, chefe maconde, representante dos grupos étnicos do norte de Moçambique, que se estendem pelo território da Tanzânia. Este conflito principal só veio a resolver-se com a morte de Eduardo Mondlane, assassinado em Dar- es- Salaam em 3 de fevereiro de 1969 por uma encomenda armadilhada (ação levada a efeito pela PIDE, polícia política portuguesa, e/ou por algum funcionário da PIDE) e a consequente entrega voluntária às autoridades portuguesas de Lázaro Kavandame, receoso de ser acusado do assassinio do presidente.

A segunda questão essencial tem a ver com a estratégia propriamente militar. Pela análise de situação, parece fácil compreender que a zona decisiva, tanto em termos político-militares, como do ponto de vista econômico e social, era a zona central do território, distrito de Manica e Sofala, corredor das relações com a Rodésia (atual Zimbábue, unilateralmente independente em 1965, tendo no poder uma minoria branca) e região de atividades econômicas essenciais e de presença da comunidade branca. Uma parte desta região, significativamente designada “corredor da Beira”, por assegurar as ligações do porto da Beira com a Rodésia, incluindo o caminho de ferro, a estrada e o oleoduto, representava, em termos militares, a zona decisiva do conflito.

O comando português, embora ciente desta circunstância, nunca formulou com clareza esse entendimento. A FRELIMO sempre teve em mente este objetivo, mas as circunstâncias e os fatores de decisão só muito tarde lhe foram favoráveis. Contudo, quando pôde dispor dessas condições, que alcançou em 1972, aproveitou-as de forma decisiva.

O comando português compreendeu o enorme avanço da FRELIMO muito tarde, quando outras circunstâncias já o impediam de traçar a adequada estratégia de oposição à sua penetração no coração do território, tanto mais que Portugal enfrentava uma guerra em três territórios (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique), mobilizando cerca de 170.000 homens.

A partir de então, sem que as forças portuguesas dispusessem de capacidade de manobra para fazer frente a este avanço, a vitória militar do movimento de libertação era uma questão de tempo.

Estas circunstâncias vieram a influenciar o movimento militar que levou à Revolução Portuguesa, quando, em janeiro de 1974, a população branca oriunda desta zona central do território se manifestou contra a forma como as Forças Armadas portuguesas conduziam a guerra, apercebendo-se finalmente da proximidade do conflito militar.

Em resumo, a FRELIMO, no primeiro período da sua existência, teve de resolver conflitos internos até à sua estabilidade organizativa, o que só conseguiu em 1969, com a chegada de Samora Machel à presidência do movimento e a ascensão definitiva ao poder dos quadros mais conscientes dos objetivos nacionalistas.

Por outro lado, a força portuguesa presente no território não chegou a desenvolver uma estratégia militar destinada a impedir o acesso dos guerrilheiros à zona decisiva do território, focando a luta, em primeiro lugar no Norte e em segundo lugar em torno da construção da grande barragem de Cahora-Bassa, na zona de Tete e das linhas de apoio a essa construção.

Segundo José Luís Cabaço (2009, p 244) o primeiro sinal de que a questão da luta anti-colonial estava entrando nas preocupações dos militares portugueses foi dado quando, no ano de 1956 (no mesmo ano em que a PIDE foi tornada extensiva ao ultramar), agregaram-se às Regiões Militares de Angola e Moçambique as Regiões Aéreas e, no ano seguinte, os Comandos Navais. Em 1958 foi enviado o primeiro grupo de oficiais para a Inglaterra com o objetivo de estudar a experiência britânica das guerras que combatia na Malásia e no Quênia. No ano seguinte, um outro grupo de oficiais seguiu para Argélia para se inteirar da estratégia francesa da guerra revolucionária (*guerre révolutionnaire*), ainda no ano de 1959, o Ministério do Exército elaborava um estudo no qual se previa a forte probabilidade de situações mais difíceis do que as anteriores, em especial no que tange aos territórios ultramarinos, o Ministério do Exército chegou a seguinte conclusão:

Não existe ou é insuficiente uma estratégia verdadeiramente nacional, em particular que tenha em vista o emprego do nosso potencial militar na segurança dos territórios ultramarinos. (CABAÇO, 2009).

No início da luta de libertação nacional em Moçambique, embora não houvesse nenhuma determinação nesse sentido, os comandos militares evitaram, dentro do possível, empenhar unidades de recrutamento local nas ações armadas. Segundo CABAÇO (2009), a primeira grande ofensiva das FA, na operação Águia, desencadeada em Julho de 1967 e destinada a eliminar a presença da guerrilha em Cabo Delgado, foi essencialmente conduzida por tropas metropolitanas, tendo as forças da guarnição normal da colônia sido convocadas para ocupar as posições de segunda linha que as unidades envolvidas na operação deviam deixar [...] dada a natureza da guerra, eram patentes as dúvidas do comando sobre o comportamento dos soldados moçambicanos. A delegação daquela polícia política em Moçambique pretendeu repetir a experiência, mas encontrou forte resistência por parte do Comando Militar moçambicano. A PIDE de Moçambique só ganhou a primeira batalha em 1973, quando treinou o primeiro grupo. (CABAÇO, 2009, p 256).

Para o guerrilheiro, o tempo representava avanço na guerra, aproximação do objetivo da libertação (qualquer que fosse a interpretação que cada um dava a esse conceito). A expectativa individual realizava-se com o fim da guerra, com a vitória sobre o colonialismo. (c.f CABAÇO. 2009). Este desejo era visível nas expressões da chefia do comando moçambicano, comandado por Samora Machel: “A luta continua! Independência ou Morte. Venceremos!”.

A luta vitoriosa da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), do MPLA e do PAIGC nos campos militares, político e de diplomático e o surgimento em Portugal de forças desejosas de acabar com o regime fascista português (forças constituídas, na sua liderança, por jovens oficiais que tinham aprendido a odiar o fascismo e as guerras coloniais), estiveram na base do golpe de Estado que, a 25 de Abril de 1974, levou à queda do regime fascista português desde 1968 com Marcelo Caetano à testa, que tinha mais de 40 anos no poder. No dia 7 setembro 1974, em Zâmbia, a Frente de Libertação de Moçambique obteve mais uma vitória, desta feita à mesa das conversações: assinava-se um acordo sobre a Independência Nacional e sobre o cessar-fogo. Porém, no decorrer e depois dos acordos de Lusaca, o regime ainda colonial português, mais agonizante, pressionado por alguns dos seus setores mais retrógrados, promovia desesperadamente a formação de organizações políticas (GUMO, FRECOMO, FUMO, MOCONEMO, etc.) destinados a servir como alternativa à FRELIMO, enquanto, a 21 de Outubro, acionava com as suas Forças Armadas, em ligação com colonos portugueses e nativos, várias ações criminosas, que acabaram fracassando. A 20 de Setembro de 1974 tomou posse o governo de transição, composto por representantes da Frente e do Governo português e dirigido por Joaquim Chissano. As suas duas grandes tarefas consistiram em estender o controle da FRELIMO pelo país e em organizar as estruturas do poder popular. Em maio de 1975, Samora Machel, presidente da Frente de Moçambique (FRELIMO), iniciava uma viagem triunfal a partir do Norte do país, chegando à capital nas vésperas da independência. No Tofo, o Comitê Central, reunido, aprovou a constituição da República Popular de Moçambique e designou Samora Machel para presidente da república. A 25 de Junho de 1975²¹ nascia

²¹“Moçambicanas, Moçambicanos, operários, camponeses, combatentes, povo moçambicano: Em vosso nome, à zero hora de hoje 25 de Junho de 1975, o Comitê Central da FRELIMO proclama solenemente a independência total e completa de Moçambique e a sua constituição em República Popular de Moçambique. A república que nasce é a concretização das aspirações de todos os moçambicanos, é a extensão a todo o país da liberdade já conquistada durante a luta armada de libertação em algumas partes do nosso país, é o produto do sacrifício dos combatentes nacionalistas, de todo o povo moçambicano, é a concretização da nossa vitória. A nossa República Popular nasce do sangue do povo. [...] A República Popular de Moçambique dotar-se-á de estruturas políticas e administrativas destinadas a aplicar o princípio do Poder Democrático Popular, em que os representantes das massas trabalhadoras designados democraticamente exercerão o poder em todos os escalões. [...] Nascida do combate libertador pela independência nacional, a República Popular de Moçambique é profundamente solidária aos movimentos de libertação nacional e faz do internacionalismo militante uma constante fundamental da sua política nacional e internacional. A República Popular de Moçambique considera-se parte integrante dos povos e classes oprimidas da humanidade combatendo pela transformação do mundo e pelo estabelecimento duma nova e justa ordem social. [...] A República Popular de Moçambique exprime a sua adesão aos princípios orientadores das Cartas da Organização das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana. [...] VIVA A FRELIMO! VIVA A REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE! A LUTA CONTINUA! (Mensagem da Proclamação da Independência proferida por Samora Machel, segundo presidente da Frelimo e primeiro presidente da República Popular de Moçambique, no estádio da Machava em 25 de junho de 1975).

a República Popular de Moçambique, “primeiro Estado operário e camponês da história da nova pátria que ai nascia” (SERRA, 1988 p 46).

[...] Fazer explodir o mundo colonial é doravante uma imagem de ação muito clara, muito compreensível e que pode ser retomada por cada um dos indivíduos que constituem o povo colonizado. Desmanchar o mundo colonial não significa que depois da abolição das fronteiras se vão abrir vias de passagem entre as duas zonas. Destruir o mundo colonial é, nem mais nem menos, abolir uma zona, enterrá-la profundamente no solo ou expulsá-la do território. (FANON, 1968, p 30)

PARTE 3.
CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Neste trabalho, como o próprio título sugere “Nacionalismo e Nação em Moçambique”, analisamos o processo de formação do nacionalismo e da nação em Moçambique, tentamos mostrar de uma forma sucinta, como é que estes fenômenos surgiram e quais motivações estavam por trás da conjuntura política moçambicana. Destacamos a presença não apenas dos intelectuais, mas somando-se a estes da grande massa popular, os camponeses, enfim, todos aqueles que fizeram com que emergissem os chamados sentimentos nacionalistas, o estado-nação, se não de uma forma simultânea, nacionalismo-nação, mas, de uma forma separada, a nação, precedendo o nacionalismo.

Contudo, podemos concluir que, a formação do nacionalismo e a formação do estado-nação em Moçambique, não pode ser abordada ou mesmo pensada a partir de um momento específico, de uma data e sim pensada a partir de um conjunto de fenômenos, levando em consideração de forma especial, o período colonial, como coloca e afirma Eduardo Mondlane e nós concordamos com a sua tese, ao afirmar que o nacionalismo moçambicano, como praticamente todo nacionalismo africano, nasceu do colonialismo europeu direto. A mais específica fonte de unidade nacional de Moçambique é a experiência comum do povo no sofrimento, durante os últimos cem anos do controle colonial português.

REFERENCIAL BIBLIOGRAFICO

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 320 p.

ANDRADE, Mário Pinto de. **Origens do nacionalismo africano**: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa (1911-1961). Lisboa: Dom Quixote, 1997.

BALEIRA, Sérgio. Nações concorrentes: estratégias de construção de identidade. IN: FRY, Peter (org). **Moçambique Ensaio**s. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

BITTENCOURT, Marcelo. “A criação do MPLA”. In: **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, n. 32: p. 185 – 208, Rio de Janeiro, CEAA/UCAM, dezembro de 1997.

BRAGANÇA, Aquino & WALLERSTEIN, Immanuel (org). **Quem é o Inimigo?** Lisboa. Iniciativas Editoriais, 1978.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique**: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: Unesp, 2009.

CATROGA, Fernando. **Pátria, nação, nacionalismo**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

CHILCOTE, Ronald H. *Emerging Nationalism in Portuguese Africa: Documents*. Stanford: Hoover University Press, 1972.

Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

FANON, Franz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FRY, Peter (org). **Moçambique**: ensaios. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

GRAÇA, Pedro Borges. “O Projecto de Eduardo Mondlane”. **Estratégia**, 2000, Vol. XII: 259-354.

HOBBSBAWN, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**, programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IAIN, Christie. **Samora**: uma biografia. Ndjira. Maputo, 1986.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra**. Volume I. Portugal. Publicações Europa- América, Ltda, Biblioteca Universitária 14, 1999.

_____. **História da África Negra**. Volume II. Portugal. Publicações Europa- América, Ltda, Biblioteca Universitária 15, 1999.

KHAMBANE, Chitlango & CLERC, André-Daniel. 1990 [1946]. **Chitlango, Filho de Chefe**. Maputo. Cadernos Tempo.

MATSINHE, Cristiano. Biografias e heróis no imaginário nacionalista moçambicano. In: FRY, Peter (org). **Moçambique**: Ensaios. Rio de Janeiro: Editora

UFRJ, 2001.

- M'BOKOLO, Elikia. **África negra**. História e Civilização. Do século XIX aos nossos dias. Tomo II. Lisboa: Colibri, 2007.
- MERTON, Robert. **A Ambivalência Sociológica**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1979.
- MILHAZE, José. **Samora Machel: Atentado ou Acidente?**. Alêtheia, Lisboa, 2010.
- NKRUMAH, Kwame. **A África deve unir-se**. Lisboa: Ulmeiro, 1977.
- MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. Maputo: Nosso Chão, 1995.
- _____. "O desenvolvimento do nacionalismo em Moçambique". In: BRAGANÇA, Aquino de e WALLERSTEIN, Immanuel. **Quem é o inimigo (II)? – Os movimentos de libertação nacional**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978. p. 33-40.
- NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Portugal: Publicações Europa-América, 1997. (Biblioteca da História).
- OLORUNTIMEHIN, B. Olatunji. Cap. 22 "A política e o nacionalismo africanos, 1919-1935". In: BOAHEN, A ADU (Coord.). **História Geral da África**. A África sob dominação colonial. São Paulo: Ática / UNESCO, v.VII, 1991.
- PELLISSIER, René. "Safari com o Dr. Gutenberg". In: **Análise Social**, vol. XXXV (154-155), 2000, 407-427.
- PEREIRA, J. M. Colonialismo, Racismo, Descolonização. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, n. 2, maio/agosto, 1978.
- RENAN, Ernest. *Qu'est-ce qu'une nation?*, conferência proferida em Sorbonne, em 11 de março de 1882. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/renan_ernest/qu_est_ce_une_nation/renan_quest_c_e_une_nation.pdf>. Acesso em: 13/09/2014.
- SÁ, José Pinto de e SAÚTE, Néilson. O dia em que eles foram queimados vivos, Revista "Público Magazine", n.º 277, Lisboa, 25.06.1995.
- SANTOS, António de Almeida. **Quase Memórias**. Casa das Letras. Lisboa, 2006.
- SOPA, Antonio. **Samora: Homem do Povo**. Maputo: Maguezo Editores, 2001.
- SERRA, Carlos (Coord). **História de Moçambique**. Maputo: Livraria Universitária, 2000.
- SIMANGO, Uria. **Situação Sombria na FRELIMO (03/11/1969)**. Disponível em: <http://macua.blogs.com/files/uria_simango_1969.pdf>. Acesso em 16/9/2014.
- SUBUHANA, Carlos. **Estudar no Brasil: Imigração temporária de estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, ESS/UFRJ, 2005.